



# Anais da Assembléia

Nº 060

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dobrandino da Silva, João Preis, Nilton César Servo e Plauto Miró Guimarães (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Telex:

TLX 053-1/1810/91

Em razão do grande número de pessoas que se deslocam de outros municípios para Ribeirão do Pinhal, juntando-se com os residentes apossando de áreas rurais segundo se tem notícia, diversas outras áreas estão para ser ocupadas, gerando um clima de

revolta entre os proprietários, que estão se armando para defendê-los, o que tudo leva a crer, em iminente um confronto armado entre proprietários e ocupantes destas áreas, o que poderá causar uma tragédia em nosso Município, com mortes de crianças e inocentes.

Estamos sendo acionados por toda população para que evitemos derramamento de sangue. Assim sendo, preocupadíssimo com o que poderá resultar desta situação e como chefe desta comunidade, sentindo-me no dever de assegurar a ordem para todos, solicito imediatas providências como medidas preventivas.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) JONAS CARVALHO NETTO

Prefeito Munic. de Ribeirão do Pinhal

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 189/91, que concede a partir de 1º de maio de 1991, abono salarial às Instituições de Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após ouvido o Plenário, a aprovação de regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 189/91, que concede abono de 40% aos servidores das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 51/91, seja apreciado em regime de urgência, referente a privatização do Ferry-Boat.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REITERA O REQUERIMENTO DE PEDIDO DE REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei Complementar n° 044/91, que dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Em 15/05/91, conforme requerimento em anexo, foi requerido Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n° 044/91, que trata da regulamentação do Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná.

Senhores Deputados, é urgente que seja dado apoio e que de fato as comissões atendam os prazos exigidos por tal pedido pois a Constituição do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, requer que esta lei seja regulamentada.

A demora provoca ao povo paranaense, usuário deste sistema, prejuízos incontáveis, pois todos sabemos que a livre concorrência beneficia a todos.

Normas claras e precisas substanciam o presente projeto de lei e o trâmite, em regime de URGÊNCIA, possibilita a todos os nobres pares contribuírem para que possamos dar aos paranaenses o melhor transporte do Brasil.

REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER SESSÃO ESPECIAL, da Assembléia Legislativa do Paraná, para um debate público sobre o uso dos Royalties e Compensação Financeira, para dia 03.06.91, às 15 horas.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação do regime de urgência de votação, na sessão do dia 06.05.91, para Projeto de Lei Complementar n° 077/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que regulamenta o uso e aplicação dos Royalties e Compensação Financeira, conforme o artigo 142 da Constituição do Estado do Paraná, foi motivado pelo pagamento dos Royalties e Compensação Financeira que era devido ao Paraná desde o dia 31.03.91, pagamento que ocorreu. Desta forma, torna-se mais premente a tramitação desta Lei e principalmente da informação à Comunidade Paranaense dos prováveis benefícios do uso destes recursos.

Ao solicitarmos um debate público sobre o uso destes recursos tornamos transparente a administração dos mesmos e salientamos os setores prioritários e estratégicos onde deveremos aplicá-los, objetivando ao Paraná o maior benefício possível.

O momento de escassez de recursos exige que tenhamos condições de priorizar para que as gerações futuras não nos cobrem decisões emocionais ou casuísticas.

Solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares pois achamos que este debate muito poderá nos esclarecer e nos capacitar para uma votação mais consciente.

REQUERIMENTO N° 1227

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Nentwig, ocorrido na Cidade de Rio Negro, no dia 25 de maio corrente.

Requer-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

1 - O finado deixa o exemplo e a inspiração de fé contra a descrença, contra o derrotismo, e de amor contra as discórdias mais agudas e do ódio.

2 - Como líder comunitário, também, pontificou nos movimentos de construção do homem e de sua comunidade local. Como político, vereador por várias legislaturas, sempre dos mais votados, fez da ciência política a arte de colocar Rio Negro acima das agremiações partidárias.

3 - Como usina de força para o desenvolvimento, foi operário e arquiteto: - o operário das mãos hábeis e artesanais, confeccionando a enorme cruz de aço inoxidável que ele mesmo plantou no topo da torre da Igreja Nossa Senhora Aparecida. O que foi possível, também, pelo trabalho de um helicóptero conseguido depois de muita luta em Florianópolis, onde estivemos jun-

tos com o Deputado Maurício Fruet; como arquiteto, planejou obras de infraestrutura para o "Lar dos Velhinhos", no Bairro Bom Jesus e a extensão da rede de eletrificação rural e para a periferia da cidade, onde emprestou também a sua valorosa mão de obra pessoal.

Foi sempre insuperável, na assistência técnica da manutenção dos equipamentos rodoviários da Prefeitura municipal de Rio Negro, assessorando gratuitamente vários Prefeitos e os técnicos da Prefeitura.

Daí, permanecer vivo na memória de seus entes queridos e na comunidade que ele tanto amou e engrandeceu.

Soube escrever na alma dos seus semelhantes. Por isso é eterno!

#### REQUERIMENTO N° 1228

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO CARLOS GANZERT, ocorrido na Cidade de Rio Negro, no dia 27 de maio corrente.

Requer-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

Professor, ex-Vereador, líder comunitário atuante, e à testa de todos os movimentos sociais da comunidade lapeana.

Personalidade afável, grande mestre, pai exemplar e político dos mais atuantes no cenário lapeano.

Confirmou, na sua vida particular, profissional e pública, o que Disraeli desafiava: "a vida é muito curta para ser pequena".

Por isso, entendendo qual a sua missão, nesta peregrinação pelo mundo de Deus, quis antecipar suas obras, antes de passar meio século de existência.

Sempre respondeu aos desafios da adversidade, com competência, dedicação, ousadia e amor. É marco de trabalho, fé e perseverança na construção da comunidade lapeana. Seus exemplos serão o luzeiro para todas as gerações do povo lapeano.

Por isso, permanece vivo na memória de todos!

#### REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ubiratan José de Araújo (BILACA), ocorrido dia 19.05.91, na cidade de Palmas.

Requer outrosim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade faleceu na cidade de Palmas dia 19.05.91, o Sr. Ubiratan José de Araújo (Bilaca) deixando viúva Dona Ondina, 01 filho e 4 netos.

O extinto era membro de tradicional família de Palmas onde exerceu o elevado cargo de Prefeito Municipal.

O passamento de Ubiratan José de Araújo, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre as quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Ubiratan..

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Araújo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1211

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, autor da lei que originou o Ano Estadual dos Transplantes, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações aos senhores cardiologistas Danton da Rocha Loures e Edison José Ribeiro, nefrologista Ronaldo Moreno de Carvalho, urologista Sandro Ziezermer, empresário Miguel Nasser e ao Banco de Olhos de Cascavel, pela brilhante participação no triplo transplante (rins, coração e córneas) realizado nos dias 19 e 20 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Após o diagnóstico da chamada "morte cerebral", no último fim de semana, a família de um jovem de 21 anos, na cidade de Foz do Iguaçu, encontrou uma forma de extrema beleza e solidariedade para propiciar a continuidade da vida: doou os órgãos passíveis de serem transplantados.

Num trabalho ágil - em que foi decisiva a colaboração do empresário Miguel Nasser, para transporte dos órgãos em veículo aéreo - os cardiologistas Danton da Rocha Loures e Edison José Ribeiro e o urologis-

ta Sandro Zierzmer, todos do Hospital Evangélico desta Capital, retiraram os órgãos doados pelo jovem iguaçuense.

No mesmo dia, menos de duas horas depois o coração era implantado no peito de Hekga Klug, de 42 anos, aqui no Hospital Evangélico. Na unidade de transplantes renais, vários doentes renais crônicos aguardavam o resultado dos exames de histocompatibilidade para o transplante dos rins, que acabaram sendo destinados a Valdevino Pilar, de 34 anos, e Valmor Eróide, de 49 anos.

A ação competentíssima dos médicos em questão vem confirmar o excelente preparo de nossos cirurgiões, cuja atuação garante ao Paraná o título de um dos maiores centros de transplantes do Brasil.

Por outro lado, mais do que nunca, está comprovado que existe vida após a morte e ela se concretiza, exatamente, na doação de órgãos.

O homem pode repetir o gesto divino de criação de vida - a doação de órgãos prova isto.

1991 é o Ano Estadual dos Transplantes e diante deste trabalho extraordinário, não pode o Poder Legislativo deixar de congratular-se com esses brilhantes homens, em cujas mãos depositam-se as esperanças de vida de muitas pessoas.

É a justificativa.

Que do teor dê-se ciência aos homenageados, ao Ministro da Saúde, Secretário da Saúde, Governador do Paraná e diretor do Hospital Evangélico.

#### REQUERIMENTO N° 1221-B

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações pela passagem, no dia 25 de maio próximo, do Dia da Indústria.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Comemorou-se, no último dia 25 de maio, o Dia da Indústria. Mais do que uma simples data, devemos constituir a passagem em uma oportunidade para refletir sobre o papel da indústria na sociedade mundial e, muito especialmente, no nosso País.

É inegável destacar os avanços advindos da revolução fabril, a partir da Inglaterra, que partindo para o mundo, possibilitou a abertura de perspectiva para o progresso e o desenvolvimento.

Nosso País, com a indústria, experimentou um tempo de desenvolvimento e equiparação aos centros do primeiro mundo.

Hoje, entretanto, as dificuldades eco-

nômicas por que o País atravessa, têm imposto problemas também à indústria, o que se reflete imediatamente nas condições de vida da população, predominantemente a operária.

A história nos impõe o dever de parar, pensar e repensar as relações sociais e trabalhistas. Com certeza, a visão marxista das relações proletário/patrão se chocam com a realidade que obriga a união das forças produtoras, em torno da garantia de condições dignas de vida e trabalho.

Vemos claramente a superação dos antagonismos e a revelação de uma nova ótica, onde a consciência predomina sobre o corporativismo e o sentido coletivo se coloca sobre paixões mal enfocadas.

Relações sociais e trabalhistas não podem se constituir em relação de ódio. Patrões e empregados podem caminhar juntos, lutando por um mesmo sonho que, para nós, se chama BRASIL MAIS JUSTO.

A indústria brasileira tem provado que isto é possível e, salvo raras excessões, tem conseguido mesmo estar mais próxima do trabalhador que o próprio Governo.

Que este voto represente nosso desejo do amadurecimento dessa consciência e de confiança nesse caminhar lado-a-lado dos homens brasileiros, sejam eles patrões ou empregados. E que suas posições diferentes jamais de constituam em posições desiguais.

Que o respeito e a consciência social predominem sempre sobre o lucro desenfreado e que a infelicidade, a subjugação e a miséria, jamais sirvam para legitimar lucros. Até porque, esse lucro será sempre falso. Porque é falso o lucro que não tem reflexo social, porque é falso o lucro forjado na exploração desbragada do homem pelo homem.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, à Confederação Nacional da Indústria, ao Serviço Social da Indústria e ao Jornal Indústria e Comércio.

#### REQUERIMENTO n° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, Votos de Congratulações dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor Luiz José Guimarães Falcão; ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Doutor Luiz Renato Pedroso; e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Juiz Indalécio Gomes Neto, tendo em vista a criação neste Estado, de 25 novas Juntas de Conciliação e Julgamento.

São muitas as teses paranistas. Todas elas estarão sempre a depender do esforço, competência e tenacidade conjuntas, que necessariamente devem ser encetadas acima das convicções pessoais, ideológicas, e de qualquer outra natureza.

Dentre as lutas permanentemente levantadas em favor deste Estado, se encontra, com o devido destaque, a questão do Judiciário como um todo, na perspectiva da igualdade e da liberdade, e nas garantias da cidadania.

Neste sentido, sem nenhuma dúvida, que na acertada e oportuna decisão no que tange à estas Juntas, traz no seu bojo o coroamento de uma antiga aspiração, concretizada graças à união de esforços e a sociedade de um modo geral.

Dá-se um passo fundamental, no caminho da descentralização do Judiciário, que deve objetivar sobretudo a sua efetiva modernidade, tornando-o ágil nas suas decisões e conseqüentemente mais próximas dos reais interesses da população.

Por último, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao se fazer este registro a tão histórico momento, queremos particularmente ressaltar a região que honradamente representamos neste Poder.

Polarizada por Irati, ela também será contemplada com uma Junta, atendendo a todas as circunvizinhas cidades que integram o Centro-Sul, cuja importância econômico-social para o desenvolvimento do Paraná tem sido cada vez maior, razão pela qual merecidamente o mencionado órgão corresponderá à pujança daquela terra.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1214

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve pede a inserção nos anais de voto de congratulações e apreço ao Colégio da Divina Providência pela reciclagem de uso que recém promoveram na "Torrinha" do seu prédio sede, antigo belvedere dos jardins da velha casa do imigrante alemão Joseph Hauer, que, no século XIX, manteve a primeira usina elétrica de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

Não há como negar a evidente necessidade da memória. A restauração de um bem tombado por particulares alivia a obrigação do Estado com nossa memória comum.

#### REQUERIMENTO N° 1221-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Jornal "O Comércio" de União da Vitória, pela passagem do seu sexagésimo aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à direção daquele jornal.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O 60° aniversário do Jornal "O Comércio" de União da Vitória, é realmente motivo de grande júbilo para toda a sociedade da região. Esse semanário tem sido ao longo dos anos o canal pelo qual flui toda a inspiração da gente do Vale do Iguaçu.

Ao homenagear o Jornal "O Comércio", tenho sempre na lembrança uma frase que um dia ouvi do saudoso Presidente Tancredo Neves: "A imprensa sabe da sua importância e de suas possibilidades na vida democrática.

O melhor apoio ao desenvolvimento de uma região é o que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos".

Hoje transfiro essas palavras diretamente a todo o profissional que faz aquele semanário. No seu afã diário é um servidor do povo, lutador pelas liberdades e pela democracia, é um denodado defensor da sociedade, contribuindo para o aprimoramento social e para o bem-estar do cidadão, seja informando, orientando e formando a opinião pública ou sempre atento, vigiando, denunciando se necessário for.

Por isso, ao agir com responsabilidade e fidelidade aos fatos, "O Comércio" continua assumindo um elevado papel na sociedade, tornando-se cada vez mais digno do nosso respeito e da nossa admiração.

O Jornal "O Comércio", fundado em 11 de junho de 1931, pelo saudoso jornalista Hermiro Millis, tornou-se leitura obrigatória para toda a população das cidades gêmeas do Iguaçu, bem como para milhares de paranaenses e catarinenses de toda a região.

Respalçado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, o Jornal "O Comércio", merece e deve receber este registro, com a homenagem aos diretores jornalistas e demais funcionários que juntos têm construído a grandeza daquele jornal que no dia a dia presta relevantes serviços à comunidade de um modo geral, destacando-se a maneira como conduz imparcialmente a grande penetração conquistada ao longo dos sessenta anos junto à população representando o verdadeiro espírito de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sobretudo municipalista, pois

representa e dá cobertura aos atos de todos os Municípios da região.

Alta credibilidade aliada à capacidade criativa dos recursos humanos com a eficientíssima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso do jornal.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos nós a comemoração do 60º aniversário de fundação do Jornal "O Comércio". A este júbilo o Poder Legislativo se associa, como representante do povo, congratulando-se com a direção do jornal, representado pelo jornalista Ivo Dolinski, e ao seu corpo de colaboradores como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa como um todo. Esse é o jornal que é oferecido aos leitores do Paraná e Santa Catarina.

Este é o jornal que dedica com amor, com espírito público e até desassombro aos interesses e aos ideais da gente da região.

E, assim é que ele circulou nestes sessenta anos que passaram.

#### REQUERIMENTO N° 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, desta Casa, REQUER, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião- Governador do Estado, no sentido de que seja prorrogado o prazo do decreto que exige o uso de ônibus ou similar, para o transporte dos trabalhadores rurais (bóias-frias).

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Severino Félix e Nilton César Servo.

#### JUSTIFICATIVA:

Como não houve a implementação deste decreto quer por parte do Governo, quer por parte dos Agricultores, quanto a prorrogação, se faz necessária, na medida que a polícia rodoviária, no cumprimento do seu dever, vem proibindo que o transporte dos trabalhadores volante (bóias-frias), se faça pelos meios usuais.

Esta proibição, está causando graves transtornos, tanto para os agricultores, bem como, para os trabalhadores rurais, não tendo os mesmos, condições para se locomoverem para seus locais de trabalho; com isto está acarretando, um grave problema social, em toda região do Norte do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, o encaminhamento de ofício a Senhor Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemin Guimarães, manifestando o re-

Curitiba, terça, em 28.05.91

gozijo desta Casa pelo, a seguir, exposto:

- Constituição da República deu uma atenção especial às pessoas portadoras de deficiência. Já no capítulo referente aos "Direitos Sociais" (art. 7º, XXXI) proíbe "qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência".

Falando "Da Ordem Social" (art. 203, IV) coloca como um dos objetivos da assistência social 2 "a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e sua promoção de sua integração à vida comunitária".

No mesmo artigo, inciso V, garante um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência.

Os benefícios da Lei Maior foram estendidos aos deficientes através da Constituição Federal e pela maioria das Leis Orgânicas dos Municípios.

Além destas, o Estatuto da Criança e do Adolescente protege os deficientes menores de idade e a Lei n° 7.583/89, protege os adultos.

As estatísticas mostram a existência, no Paraná, de 920 mil pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, dos quais apenas 28 mil estão sendo atendidos em locais especializados.

Pelo exposto verifica-se que a legislação existente não vem sendo cumprida e que se faz necessárias medidas coercitivas no sentido do cumprimento da Lei.

A sensibilidade do Senhor Procurador Geral da Justiça, alcançou a necessidade de preencher essa enorme lacuna que vinha deixando os deficientes a descoberto e, para fazer cumprir as leis que previnem e protegem contra as deficiências mental, visual, física, motora, etc, o Doutor Luiz Chemin Guimarães anunciou a criação de um "Centro Operacional de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência".

Esse centro será dirigido por procuradores e promotores de Justiça.

A medida merece os aplausos desta Casa de Leis e a manifestação de seu regozijo, o que justifica a presente proposição.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente Requerimento, que do mesmo seja dada ciência ao Senhor Procurador da Justiça, Doutor Luiz Chemin Guimarães e ao Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião e ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Des. Renato Pedroso.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 1199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Ple-

nário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião, e ao Senhor Elias Abrahão, no sentido de serem efetuados estudos que viabilizem a criação de um Núcleo Regional de Educação no Município de Dois Vizinhos, Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A finalidade do presente é reivindicar a criação de um Núcleo Regional de Educação no Município de Dois Vizinhos-Pr.

Tendo em vista a política administrativa do Governo Estadual que desativou as Inspetorias Estaduais de Educação, faz-se necessária a urgente criação de um Núcleo Regional de Educação no Município de Dois Vizinhos-Pr.

Referida medida iria beneficiar os Municípios circunvizinhos, facilitando o acesso dos interessados, na medida em que evitaria o deslocamento dos mesmos a Francisco Beltrão-Pr, sede do Núcleo Regional mais próximo.

Por outro lado, Dois Vizinhos comporta e já faz por merecer um Núcleo Regional de Educação em razão da quantidade de escolas que comporta e seus respectivos professores e alunos.

Assim sendo, por ser das mais justas a reivindicação, finalizamos certos do apoio dos nobres colegas e da tomada de providências por parte dos ilustres destinatários deste requerimento.

**REQUERIMENTO N° 1201**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno deste Poder, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que envide esforços para o fim de destinar ao município de Morretes, um veículo à delegacia de Polícia daquela municipalidade.

Requer ainda, que do presente se dê conhecimento ao Ilustríssimo Senhor José Maria de Paula Correia, Mui Digno Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, bem como ao executivo e Legislativo do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

**JUSTIFICATIVA:**

O perímetro do Município de Morretes, rural e urbano, congrega de acordo com estatística realizada pelo órgão competente, população estimada de dezoito (18) mil habitantes.

Possui, no seu perímetro urbano, população aproximada de dez (10) mil habitantes e necessita, com urgência de um veículo

para uso da Delegacia de Polícia do Município, evidentemente na pessoa de seu titular e seus comandados, para melhor patrulhar e garantir a segurança dos seus munícipes e daqueles que porventura se encontrem sob sua jurisdição.

Que do presente, seja oficiado ao Ilustríssimo Delegado de Polícia do município de Morretes.

É o que requer.

**REQUERIMENTO N° 1202**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento nos art. 35 combinado com o art. 132, § 3°, III do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao mui digno Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Heron Arzua, solicitando a reabertura da Delegacia de Rendas de Paranavaí, medida que proporcionará àquela cidade e região um melhor desempenho na fiscalização tributária, num momento em que está em curso uma campanha que visa coibir a evasão de receitas por parte dos sonegadores fiscais.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) CLEITON KIELSE

**REQUERIMENTO N° 1210**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Polícia Federal, Ilustríssimo Senhor Doutor Romeu Tuma, no sentido de que seja viabilizado urgentemente, procedimentos no sentido da não desativação da Delegacia da Polícia Federal, em Guaíra.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação aos Senhores Mário Barbosa Rodrigues, Prefeito Municipal de Guaíra, e à Vereadora Zilda Vicente Pereira, da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista notícias recentemente veiculadas na imprensa paranaense, dando conta da possível desativação da Delegacia da Polícia Federal de Guaíra, solicitamos medidas no sentido de não levar avante tal desiderato, em razão dos últimos acontecimentos e dos múltiplos benefícios advindos à região.

A presença de policiais federais na divisa tem inibido a ação de marginais, contrabandistas e principalmente a entrada e o trânsito de drogas.

Precisaria sim, aumentar o contingente policial e aparelhando-os adequadamente para o combate constante aos criminosos.



REQUERIMENTO N° 1221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, solicitando providências no sentido de solucionar o problema da merenda escolar no Estado do Paraná, no que diz respeito ao Governo Federal.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, está preocupado com a situação da distribuição da merenda escolar.

Afirma que se a situação não for contornada os estudantes ficarão sem merenda por dois meses, em função da FAE não adquirir alimentos na época certa e comprar menos do que o necessário.

Conhecendo o alto espírito público do Senhor Presidente da República, acreditamos que sua Excelência não pode ficar alheio ao problema.

Assim, propomos o presente requerimento, pedindo apoio aos demais Pares, objetivando solucionar esta grave situação.

A merenda escola é necessária e os estudantes não podem, nem devem, ser prejudicados por entraves meramente burocráticos.

REQUERIMENTO N° 1222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, à Mesa, após anuência do soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor João Santana, Digníssimo Ministro de Estado da Infra-Estrutura, no sentido de que determine ao órgão competente de sua Pasta, ou seja, à Secretaria Nacional dos Transportes, estudos e urgência na construção de Viaduto ou Trincheira na BR-277, no trecho que dá acesso à cidade de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

Requer ainda, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes; bem como ao Excelentíssimo Senhor Moacir Piovesan, Digníssimo Prefeito Municipal e Excelentíssimo Senhor Vereador Sérgio Muniz, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz justa e necessária se considerarmos o elevado número de acidentes ocorridos na BR-277, no trevo que dá acesso ao Município de São

José dos Pinhais e proximidades, culminando em danos físicos e mentais irreparáveis, quando se verifica a perda total de vida dos desastrados.

Lastimáveis fatos ocorrem, em virtude de que a BR-277, é o elo de ligação rodoviária entre as demais regiões e a Região Sul do Estado do Paraná, sendo terminal o trecho Curitiba e a cidade e Porto de Paranaguá, conseqüentemente, o tráfego é intenso, vez que é a única via de escoamento da produção de grãos do Sul do País, através do Porto de Paranaguá.

Argumentamos ainda, que a BR-277, como já enfatizamos, é o meio rodoviário que permite chegar às praias do litoral paranaense, o que, na época de veraneio, ou seja, temporada de verão, aumenta sobremaneira o fluxo de veículos de passeio, dificultando em muito a vida dos munícipes de São José dos Pinhais, tendo em vista a inexistência de Viaduto ou Trincheira, que ora se pleitea.

Infelizmente a irresponsabilidade continua ceifando vidas inocentes. Aqueles que detêm em mãos poder para minorar essa situação permanecem de olhos vendados à dor e ao sofrimento do próximo. Será que o ser humano conseguirá sobrepor seus interesses individuais ou de pequenos grupos, em prol dos interesses comuns para o bem da coletividade?

Será que os tecnocratas podem direcionar um pouco dos seus conhecimentos visando amenizar cotidiana angústia daqueles que respeitam e procuram resguardar o direito à vida dos que lhes são caros?

Será que o preço do egoísmo e da omissão, não nos será um tanto caro quando depõe contra o bem maior que possuímos - a nossa própria vida?

Onde reside o sentimento humanitário daqueles que poderiam pelo menos torná-lo mais claro e justo. Bastaria um pouco de boa vontade das autoridades competentes. É preciso respeito à vida e a dignidade do ser humano.

Finalmente... não é também uma família descamisada, aquela que perde um dos seus, por falta de responsabilidade política, social e administrativa de seus governantes? Com a mais plena certeza, o valor monetário da obra já foi pago um número incontável de vezes, pelo inestimável valor das vidas findas em acidentes automobilísticos registrados em função do que ora reivindicamos.

Diante do exposto, esperamos determinações no sentido de corrigir essa falha na malha rodoviária federal, atendendo aspiração da laboriosa população do progressista Município de São José dos Pinhais, que muito contribui para o desenvolvimento e engrandecimento do Paraná e do Brasil.

É o que requer.



## REQUERIMENTO N° 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando as providências cabíveis visando à criação do Curso de Técnico em Agropecuária, a nível de 2° grau e sua respectiva implantação, a partir de 1992, na Escola Municipal "Helmuth Priesnitz", em Toledo.

Seja dado conhecimento do presente aos secretários de Estado da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) ALBINO CORAZZA

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Toledo, assim como a Região Oeste do Paraná, possui sua base econômica fundamentada na agropecuária.

Desde 1988 está funcionando, em regime de semi-internato, o curso de Iniciação em Agropecuária, de 5ª a 8ª séries, na referida escola, sendo a clientela escolar formada por alunos, filhos de agricultores e trabalhadores rurais.

A primeira turma de alunos da Escola Agrícola Helmuth Priesnitz, concluirá, neste ano de 1991, seus estudos em nível de 1° grau, e não disporá, a partir de 1992, do ensino sequencial em agropecuária no mencionado estabelecimento, razão por que urge a criação e implantação do curso em nível de 2° grau.

A Escola Municipal Helmuth Priesnitz dispõe de excelente estrutura física, administrativa e pedagógica para o desenvolvimento de sua atividade educacional: área, edificações, transporte escolar etc e, projetando a atividade em nível de 2° grau, o Município de Toledo promoveu a aquisição de área complementar anexa à já existente.

O aprimoramento dos conhecimentos teóricos, aprofundados com pesquisas e com a prática poderão imprimir o progresso da agropecuária da região e conseqüentemente o aumento da produção e produtividade necessários para nosso Estado.

Diante do exposto solicitamos parecer favorável do Douto Plenário.

## REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize estudos para viabilizar a construção com pavimentação asfáltica, da rodovia que interliga a sede do município

de Ouro Verde do Oeste ao Distrito de São Sebastião, até a Rodovia asfaltada Toledo/Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) DUÍLIO GENARI

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma reivindicação justa das lideranças e produtores rurais, que há muitos anos trabalham e produzem riquezas para nosso Estado.

Uma região de terras das mais férteis e alta produtividade, ainda prejudicada no escoamento de suas safras pela falta de condições de tráfego.

## REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com o intuito da melhoria do plantel bovino na municipalidade de Mallet.

Notadamente através da inseminação artificial, se faz necessário a urgente melhoria da qualidade genética do plantel bovino, tanto no que diz respeito à bacia leiteira, como para corte, cujo rebanho embora crescendo em número nos últimos anos, não vem sendo acompanhado de uma qualidade, conforme informa o Senhor Prefeito Lauro Baran.

Tendo em vista os motivos aqui expostos, que essa Pasta, por intermédio do seu competente corpo técnico, viabilize o atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil da Governadoria, no sentido de cientificá-lo de que não fomos compreendidos com as informações prestadas a esta Casa através do Ofício ATCC 0200/91 de 09.05.91, em resposta ao Requerimento de 08 de abril de 1991, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião e aprovado por unanimidade pelo Plenário. (Documento anexo).

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

As informações contidas no ofício ATCC 0200/91, são insuficientes por deixarem de acompanhar relação e documentação completa sobre obras como: construção, pavimentação, reparos de rodovias, pontes, inclusi-

ve outros serviços que dependem de licitação.

Para uma ampla participação e na busca do fortalecimento harmonioso entre o Poder Legislativo e o Executivo, é necessário o oferecimento de troca de informações sem subterfúgios para colimar com ações conjuntas de interesse geral do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, solicitando a gentileza de prestar informações: 1) Se são verdadeiras as notícias veiculadas pela imprensa sobre a sustação de licitações de obras licitadas pelo governo anterior; 2) Se existem obras paralisadas, caso afirmativo, relacioná-las; 3) Se existem obras com prioridades, caso positivo, quais; 4) Se existem processos licitatórios para novas obras, relacionar todas até a presente data.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Julgamos ser esta a oportunidade para que efetivamente se abra uma ampla participação do Executivo com o Legislativo em questão de tamanha importância para manter o controle das ações conjuntas com o oferecimento de instrumento legal para um trabalho integrado e harmonioso através de diretrizes básicas uniformes.

#### REQUERIMENTO N° 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, objetivando a destinação de livros para a Escola Estadual Doutor Chafic Cury, na Municipalidade de Rio Azul.

De conformidade com a iniciativa do seu Diretor, o Senhor Osdival Neves Albino, o mencionado estabelecimento de ensino, dispõe de um antigo acervo, que, sendo em sua maioria editado na década de 70, não vem sendo há muito tempo utilizado, ante à sua profunda desatualização.

Como bem é colocada na justificativa em apenso, aguarda-se o encaminhamento concernente ao aludido pleito.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, com o propósito de solicitar a liberação de materiais de expediente para a Escola Estadual Nicolau Copérnico, localizada na municipalidade de Mallet.

Trata-se de reiterar a uma série de pedidos anteriormente encaminhados com respeito à Escola Estadual Nicolau Copérnico, considerando a inadequação funcional há muito existente, em que a documentação escolar não está devidamente arquivada, em face da carência de móveis, conforme ressalta o Diretor Cleocir Lopacinski.

Pelas razões apresentadas, espera-se o encaminhamento de medidas concernentes ao aludido pleito.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando equipar a Sala Especial existente no Colégio Estadual João Negrão, localizado na Municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

O efetivo funcionamento da Sala Especial naquele tradicional e conceituado educandário, está na dependência da colocação de equipamentos e móveis, sem os quais o processo didático-pedagógico fica impossibilitado de ocorrer, segundo afirma o Diretor, Senhor Aroldo Basso.

Em razão do exposto, aguarda-se a adoção de medidas condizentes com o pretendido.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, do Editorial intitulado "Que Continue Assim", publicado no Jornal Diário do Noroeste, edição de 19 de maio de 1991, conforme matéria em anexo.

Encaminhar cópias ao Jornal Diário do Noroeste, a COOPAGRA de Nova Londrina, e as prefeituras de Santa Izabel do Ivaí, Nova Londrina, Paranavaí, Diamante do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) ARLINDO TROIAN.

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de assunto de grande importância, levando-se em consideração que a citricultura é uma nova opção para o agricultor da região Noroeste do Estado, pois trata-se de uma cultura de fácil comercialização, além de fornecer trabalho ao nosso homem do campo, principalmente ao bóia-fria, que vem sofrendo com a erradicação da cafeicultura e a transformação de grandes áreas agrícolas em pastagens.

A citricultura será a redenção econômica da agricultura no Noroeste do Estado, tendo em vista que é de fácil exportação, além de grande consumo interno, e o mais importante será o fornecimento de empregos aos trabalhadores daquela região.

## REQUERIMENTO N° 1215

SÚMULA: Requerimento de inserção nos Anais da Assembléia, do inteiro teor do trabalho sobre os acidentes de trânsito nas rodovias do Paraná em 1089, 1990 e 1991, como destaque e reconhecimento desta Casa aos componentes da Polícia Militar, do Batalhão da Polícia Rodoviária, em especial o Tenente-Coronel QOPM Sérgio Itamar Alves.

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado estadual do PDT que este subscreve pede a inserção nos anais da egrégia Assembléia do inteiro teor do relatório anexo sobre o trânsito, as mortes, os acidentes, as mentalidades dos usuários, das rodovias do Paraná.

Distribua-se cópia deste requerimento - via cerimonial da Casa a cada um dos senhores Deputados, como prova do bom nível técnico e intelectual da nossa polícia apesar de detestável achatamento salarial a quem a mesma tem sido submetida nos últimos governos, até como convite a uma necessária revisão salarial, com recomposição de poder de compra da tropa, pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Anexe-se a esta cópia do requerimento "fac-símile" do relatório. Inclua-se no rol dos destinatários, o Chefe da Casa Civil do Governador, Deputado Caíto Quintana, para informe ao Executivo.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

## JUSTIFICATIVA:

O achatamento salarial da Polícia faz pensar em redução da qualidade de seus serviços. O relatório anexo mostra que tal não sucede, merecendo aplauso supra-partidário.

Recomendação ao Governo do Estado de revisão da postura anti-popular e anti-democrática.

## REQUERIMENTO N° 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais da Casa a "Carta do Oeste".

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

## JUSTIFICATIVA:

A transcrição integral da "Carta do Oeste", originada na Cidade de Toledo, Oeste do Paraná, com a presença de 296 líderes do Partido, representantes de 26 municípios do Oeste do Estado, além dos Municípios de Guarapuava, Curitiba e Nioaque, Mato Grosso do Sul, marca o posicionamento vertical e isento do PDT quanto a problemas emergentes do Estado e do País. O documento, registrado historicamente na Sessão de hoje, servirá de apoio e referencial para consultas futuras, análises e tomadas de posições por todos.

## Projeto de Resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1° - O art. 33 § 1°, Seção II - Das Comissões Permanentes e sua Competência do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - ...

XII - ...

XIII - Aplicar, por decisão da maioria, a penalidade prevista no art. 241 - inciso V do Regimento Interno.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) DALTON MACHUCA.

Apoiamento: Rafael Greca, Doutor Rosinha, Colombino Grassano, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Erondy Silvério, Rossoni, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Arlindo Troian e Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

O benefício que esta Resolução trará, é a imediata aplicabilidade de sanção ao descumprimento do Regimento Interno.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 200/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogado o parágrafo único da Lei n° 9.291, de 07.06.90.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposição destinada a corrigir contradição evidente nas condições que embasaram os atos jurídicos a que se referem as Leis estadual n° 4.737, de 28.06.63, a Lei municipal n° 1.397, de 13.12.84, do Município de Arapongas deste Estado e a Lei Estadual n° 9.291, de 07.06.90.

É que quando da leitura da Lei municipal n° 1.397, de 13.12.84, conforme se vê da cópia anexa, o Poder Executivo Municipal ficou autorizado a permutar com a Associação Comercial e Industrial de Arapongas a data de terras n° 05, da quadra n° 01-A, com área de 506,25 m2, de sua propriedade, com área condominial em prédio que seria edificado pela referida Associação e denominada "Condomínio Edifício Palácio da Indústria e do Comércio de Arapongas".

Ainda a mesma lei municipal autorizava a permuta do imóvel condominial referido com a data de terras n° 01, da quadra 10-A, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, que lhe havia sido doada pelo Estado do Paraná, para que a mencionada Associação nele construísse seu edifício-sede (Lei n° 4.737, de 28.06.63).

Com base nas referidas Leis (Lei Estadual n° 4.737, de 28.06.63 e Lei Municipal n° 1.397, de 13.12.84), a Associação Comercial e Industrial de Arapongas obteve alvará de construção e fez erigir no imóvel constante da data de terras 05, da quadra n° 01-A do Município, o "Condomínio Plácido da Indústria e Comércio de Arapongas", prédio com 16 (dezesseis) pavimentos, área de construção igual a 7.943 m2 e edificado sob regime da Lei n° 4.591, de 16.12.64, que trata de incorporações imobiliárias.

Concluído o prédio, que se vê em destaque no postal anexo, necessário seria para a regularização da incorporação a anuência do Estado do Paraná, na permuta havida entre a Prefeitura municipal de Arapongas e a Associação Comercial e Industrial da mesma cidade.

Ocorre que quando da feitura da lei n° 9.291, nela se fez inserir um parágrafo único que determina somente anuência do Poder Executivo.

"se o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas receber na referida permuta ficar gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade".

Ora a cláusula da inalienabilidade determinada pelo referido parágrafo da Lei estabelece qualidade jurídica impeditiva de serem quaisquer partes do imóvel edificado, desde as porções ideais de solo a construção propriamente dita, transferida do patrimônio da Associação para o de outrem, nem submetido a ônus real.

Tendo a Associação recebido através da Lei n° 4.737, de 28.06.63, em questão, sem nenhum gravame e, por isso efetuado permuta de um dos imóveis e no permutado, edificado um prédio de 16 pavimentos em condomínio horizontal, a instituição agora, da referida cláusula cria um impedimento legal para que possa usar da liberdade de alienar quaisquer unidades autônomas mesmo aquelas inseridas na Lei municipal de Arapongas de n° 9.291, 1.397, de 13.12.84.

A indisponibilidade oriunda do parágrafo único da Lei n° 9.291, de 07.06.90, conflita com a disponibilidade natural ditada pelas leis anteriores, estadual e municipal, e mesmo porque as unidades que compõe o edifício sujeitos ao regime da propriedade horizontal não podem e devem, nesta altura, ser objeto de obrigações recíprocas não previstas, então pelos permutantes.

PROJETO DE LEI N° 201/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE GRANDES RIOS - AMORGRI, com sede em Grandes Rios.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) EDSON SILVA LINO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de Grandes Rios é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo maior é representar os interesses dos moradores do Município.

Antes mesmo de completar seu terceiro ano de vida, a Associação pode orgulhar-se dos benefícios que suas obras têm trazido à coletividade.

Cursos de formação profissional, sejam na área administrativa ou artesanal, são ministrados periodicamente, o que permite aos Associados aumentar sua renda familiar, ou produzir para o seu bem-estar.

A Associação contribui para a melhoria de vida em todas as áreas: saúde, propor-

cionando palestras de higiene, profilaxia de doenças; educação, buscando junto a autoridades, recursos para construção de escolas, compra de material escolar para alunos carentes; habitação construindo casas em regime de mutirão, enfim atuando em todos os setores que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

A inauguração de um Centro Comunitário, prevista para os próximos dias, virá coroar os trabalhos até aqui desenvolvidos, mas todos os colaboradores associados e usuários, sabem ser apenas um começo, pois graças ao trabalho, colaboração, dinamismo e vontade política de todos, ela crescerá e atravessará os anos sem no entanto envelhecer seus ideais.

Alimentada pelo amor e pelo trabalho viverá para sempre e não deixará morrer a lição maior: a união fortalece.

Por tudo isso, nada mais justo que declará-la de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI N° 202/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de São Pedro do Paraná;

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) NEIVO BERALDIN.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na lei n° 6994, tendo em vista que a APMI de São Pedro do Paraná é cumpridora de todos os quesitos previstos no artigo 1°.

A APMI de São Pedro do Paraná foi fundada em 1969 é possuidora do registro n° 861 da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e é declarada de Utilidade Pública Municipal, por Lei Municipal n° 02180, além de personalidade Jurídica é cadastrada no Ministério da Fazenda, sob o CGC n° 76.975.218/0001-23.

Sua diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus sócios. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação seu relatório referente ao exercício de 1990 demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que é o de desenvolver ações que concorram para o atendimento de crianças, de mães e famílias.

- Declaração que nenhum membro da Diretoria recebe remuneração, Ata da Eleição da Diretoria, Declaração do Tribunal de Contas de que a referida Associação nada tem a comprovar relativamente a auxílios, subvenções sociais e convênios recebidos

até o exercício de 1989, Relatório de Atividades do exercício de 1990, Estatuto da Associação.

#### PROJETO DE LEI N° 203/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" de Querência do Norte - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n° 6994, tendo em vista que a APMI de Querência do Norte é cumpridora de todos os quesitos do art. 1°.

A APMI de Querência do Norte foi fundada em 05 de novembro de 1967, é possuidora de personalidade jurídica, tendo seus registros sob o n° 1199 - no livro A-1 do Registro de Títulos e Documentos de Loanda - PR, além de ser cadastrada sob o n° 78844610/0001-69.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus sócios. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao último exercício demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos, que é o de desenvolver ações que concorram para o atendimento de crianças, de mães e de famílias.

Anexos ao presente, relatório de atividades desenvolvidas, declaração de que nenhum membro da Associação é remunerado e Ata da eleição da última Diretoria.

#### PROJETO DE LEI N° 204/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SENADOR FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES, situada na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Paraná, e está devidamente registrada sob o n° 990 do Livro A-3 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Ponta Grossa, em 16 de maio de 1989. Sociedade Civil com persona-

lidade jurídica de direito privado, a Associação conta com uma Diretoria não remunerada, tendo por objetivo manter assistência social, cultural e recreativa, sem quaisquer ônus para os seus associados.

PROJETO DE LEI N° 205/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Doutora Myriam Salles de Souza Lima.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto de lei, pretendemos homenagear uma mulher que, como criadora e atual Presidente de Honra da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA, com efetiva atuação em todo o território nacional, mas com destaque especial à Seção do Paraná, que, graças ao prestígio recebido por parte da ilustre homenageada, certamente elegerá a próxima Presidente Nacional da entidade, quando da realização do 3° Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica, extraordinário evento que terá como sede a Capital paranaense, e que reunirá os maiores expoentes internacionais das ciências jurídicas.

Além de sua intensa atividade junto à Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, a Doutora MYRIAM SALLES DE SOUZA LIMA se destaca, nacional e internacionalmente, como uma das mais eminentes e cultas juristas brasileira. Esta ilustre mineira já é, inegavelmente, uma verdadeira "cidadã do mundo" e por certo muito nos orgulhará tornar-se uma "cidadã paranaense".

O "curriculum vitae" que anexamos ao presente plano de lei, por si só diz dos incontáveis méritos da Doutora MYRIAM SALLES DE SOUZA LIMA, que definitivamente a qualificam para receber a honraria que ora propomos e que, temos certeza, merecerá a total acolhida dos nobres Pares desta Casa.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Passamos para o Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Duílio Genari.

(Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

(Ausente).

Estando também ausente, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na semana anterior, vim a esta tribuna e teci alguns comentários, algumas considerações sobre o ofício que o presidente da FAEP havia encaminhado ao Senhor Governador do Estado, pedindo a prorrogação do prazo da exigência aos proprietários de veículos que transportam "bóias-frias".

Este transporte, que todos nós sabemos, pela tradição que tem em todo o Estado, na região agrícola, muito particularmente na região produtora de açúcar, álcool e das culturas de algodão, de café, amendoim, etc., e o transporte dos trabalhadores rurais que moram nas cidades, os conhecidos "bóias-frias", são feitos, desde que eles existem, através de camionetes, automóveis, peruas, kombis, caminhões e alguns ônibus.

Por decreto do Senhor Álvaro Dias, então Governador do Estado, de n° 7.303, havia sido dado um prazo de noventa dias para que os proprietários desses veículos pudessem adquirir ônibus para que o transporte fosse feito apenas com ônibus ou similar. Mas também o Senhor Governador Álvaro Dias determinava, no mesmo decreto, que o BANESTADO criaria uma linha de crédito para financiar a aquisição, a compra exigência do seu decreto.

Decorridos noventa dias e, depois, a prorrogação de mais cento e vinte dias, evidentemente, os agricultores-proprietários ou proprietários de veículos que transportam os "bóias-frias" não se adaptaram, não tiveram condições financeiras, econômicas de comprar os ônibus. É evidente! Não compra mesmo! A agricultura falida não vai comprar ônibus nunca. E quem vai comprar ônibus, Senhores Deputados, não são os proprietários das fazendas, os produtores de algodão, de açúcar, de álcool; quem vai comprar, são os famosos "gatos", os empreiteiros, os profissionais que transportam os "bóias-frias" para a agricultura.

Eles não têm dinheiro. O Senhor Álvaro Dias sabe que eles não têm dinheiro. Não vai se comprar nunca ônibus no Estado do Paraná e agora os jornais e televisão anunciam que já a Polícia Rodoviária, em decorrência do Decreto, da exigência local, está apreendendo, segurando caminhões e outros veículos que transportam "bóias-frias", impedindo que se transporte estes trabalhadores sem que seja por ônibus e não há ônibus. Eles precisam trabalhar. São trabalhadores diaristas e agora são impedidos de serem transportados.

Não venho aqui requerer nada. Não faço por escrito nenhum expediente. Eu venho formular um apelo ao Líder da Bancada do Governo, Deputado Pessuti, para que ele mantenha no mais curto prazo possível de



tempo, contato com o Senhor Governador do Estado, com o Secretário dos Transportes, que seja prorrogado e que seja revogado o Decreto, que ele é absurdo. Ele é inexequível, não se pode aplicá-lo nas condições que estamos.

Eu faço um apelo ao Deputado Pessuti, conhecedor perfeitamente desta coisa, porque ele é do nosso meio, vive lá, de família de agricultores e Deputado dedicado a essas coisas da agricultura, muito especialmente nesta Casa, Presidente do Bloco Agropecuário.

Renovo o apelo, Deputado Pessuti, não é possível persistir a essa exigência, impedindo-se que o trabalhador rural seja transportado em caminhões ou outros veículos quaisquer. É impossível na prática, que se exija que se compre ônibus de um dia para o outro, sem que o Estado tenha cumprido o seu dever de criar linha de crédito ao trabalhador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Esta semana nós tivemos notícia de um fato extremamente lamentável que ocorreu no Estado do Paraná, uma cena de violência que não se assistia desde os tempos da ditadura militar.

Na noite de sábado, por volta das 2 h:30 min. da manhã, invadiram a sede do Diretório Central dos Estudantes, mais de trinta policiais fortemente armados. Policiais que portavam arma de fogo e de grosso calibre.

Esses policiais entraram em uma festa que era promovida pelo Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná e que tinha como objetivo, além da confraternização dos estudantes e professores, angariar fundos para deslocar uma delegação de estudantes para um congresso que estava sendo realizado a nível nacional em outro Estado da Federação.

O que é mais grave, é que esses 30 policiais invadiram o Diretório Central dos Estudantes, sem mandado judicial e sem autorização do Reitor daquela instituição.

E nós sabemos que na mesma noite, lançava o Governo do Estado, uma de suas campanhas contra a criminalidade no Estado do Paraná, onde o próprio Governador do Estado, se colocando na condição de Comandante Geral da Polícia do Estado do Paraná, empreendeu uma das chamadas operações "Arastão". Sabemos todos que essa operação, presidida e comandada pelo Governador do Estado, tinha como objetivo, interesses publicitário do seu Governo. Buscando firmar a imagem de um xerife, o Governador do

Estado lança mão de operações policiais e com isto pretendendo passar para a sociedade a imagem de que é um defensor da legalidade e um combatente da criminalidade. Nós já assistimos a este filme antes. Já assistimos ao Presidente Collor, junto com o famoso Ministro Magri nas selvas da Amazônia, em traje de campanha militar. Já assistimos à novela do xerife Tuma. Já assistimos ao discurso violento, arbitrário, do Presidente da República e percebemos já que este tipo de postura do chefe da Nação, acaba na verdade, por incitar ainda mais a violência, tanto é que o nosso Presidente da República agora já adota uma postura mais "soft", mais leve, porque percebe que ao se colocar como xerife, com uma postura autoritária, uma postura de combate ao crime, manifestando pela sua presença, pela sua pose, ações de violência, ações de machismo, acaba na verdade, por ter o efeito exatamente o contrário que se deseja. Infelizmente, o Governador Roberto Requião, embalado pelas pesquisas de opinião que dão conta sobre a preocupação que a população paranaense tem com relação à criminalidade, repete o mesmo exemplo do nosso Presidente Collor. Ao se colocar como Comandante dessa operação polícial, o Governador Roberto Requião acabou por, na verdade, estimular a prepotência e a violência de policiais que invadiram a Universidade Federal do Paraná, numa atitude que nem nos tempos da ditadura nós assistimos. E eu, como militante do movimento estudantil em Florianópolis, Santa Catarina, mesmo quando...

Hórarrio das Lideranças, Senhor Presidente.

... em Santa Catarina, quando os estudantes da Universidade Federal daquele Estado tiveram um entreviro com o Presidente da República, que foram posteriormente cassados, em plena ditadura militar, nós não tivemos por parte do exército, nem da Polícia Federal o despeito e a coragem de entrar dentro das instituições da Universidade, dentro das instalações da nossa Universidade e muito menos no nosso prédio do Diretório Central dos Estudantes. E agora, exatamente em pleno Governo que se diz democrático, governo que saiu da luta e da tradição contra a ditadura militar, se permite a invasão de um prédio da Universidade Federal do Paraná sem mandado judicial, às duas e trinta da manhã, para espancar professores, para espancar alunos. Esta é uma violência intolerável que nós não podemos admitir. E quero dizer aqui: a persistir essa convivência com a violência que parte exatamente dos altos mandatários deste Estado, eleitos democraticamente, nem ditadura precisaremos mais doravante, porque aqueles que se elegeram pelo voto direto, pelas urnas, estão agora a promo-



ver este tipo de violência.

Nós queremos aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, responsabilizar, pessoal e diretamente, o Governador do Estado por esta ação de violência, pois ao adotar a postura de comandante de polícia, participando de "blitz" nas ruas deste Estado, ele acaba na verdade por estimular os subalternos da polícia a cometer esse tipo de ato criminoso, esse ato de violência.

Nós recebemos ontem a presença dos membros do Diretório Central dos Estudantes do Paraná que nos relataram essa violência. Também nos relataram sobre as conversas efetuadas junto ao Secretário de Segurança e ao Secretário de Justiça deste Estado. E nós queremos aqui, de público, cobrar do Governador Requião uma dura, severa e exemplar punição contra os responsáveis por esta violência que foi impetrada contra os estudantes e contra a instituição da Universidade Federal do Paraná. Esta resposta tem que vir rápida e dura por parte do Governo do Estado, sob pena de nós aqui acabarmos percebendo que, na verdade, este tipo de ação parte com a connivência do Governo do Estado.

Eu tenho a certeza que o Governador Roberto Requião, ao comandar essa operação policialesca de combate ao crime, procurava na verdade demonstrar à população do Paraná o seu empenho e a determinação em combater a criminalidade. Esse mesmo empenho, essa mesma manifestação do Governador tem que se dar ao inverso na defesa das instituições democráticas, na defesa da legalidade e, principalmente, em não aceitar esse tipo de violência contra os estudantes do nosso Estado do Paraná, ainda mais o Governador, que é oriundo dos movimentos estudantis, que frequentou os movimentos dos estudantes, participou das lutas dos estudantes, sabe o quanto é importante a preservação desses movimentos, esses movimentos que sofreram a violência da ditadura militar, esses movimentos que foram a vanguarda na defesa da democracia deste País precisam ser respeitados.

Nesse sentido, eu quero aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, fazer esse apelo, e peço ao ilustre Líder do PMDB que leve essa posição do PT ao Governador.

Nós esperamos, portanto, uma resposta dura e enérgica aos responsáveis por essa operação criminosa, ilegal e arbitrária que têm que ser severamente punidos, sob pena de macularmos a imagem democrática que este Governo pretende implantar no Estado do Paraná.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda em 1986, quando então era Deputado Estadual o Deputado Scarpellini, junto com uma empresa chamada Mineradora Cerro Branco Ltda., levaram cerca de 45 famílias para ocuparem uma área no terreno na gleba 203 chamado Imóvel Sesmária do Butanã, Sertão do Capivari, aqui no Município e Comarca de Bocaiúva do Sul.

Esses trabalhadores, iludidos por esta mineradora e pelo Deputado Scarpellini na época, foram levados até lá para ajudar a desmatar aquela região. O ITCF impediu esse desmatamento e essas famílias lá permaneceram e se encontram até hoje.

A partir de um dado momento, essa empresa começou a entrar na Justiça, querendo que essas famílias saíssem de lá, após essas famílias terem feito daquela terra, produtiva, e começou a existir uma demanda judicial.

Essa demanda continua na Comarca de Bocaiúva. O juiz não decidiu de quem é aquela terra: se é da mineradora, se é do Estado, ocupada por parte das reservas daquela região, ou se são terras desses agricultores que são os únicos e primeiros que lá chegaram e fizeram daquela terra meio de vida e meio de sobrevivência de 45 famílias.

No início deste ano, a Mineradora Cerro Branco Ltda. contratou jagunços que passaram a intimidar aqueles trabalhadores. Esses trabalhadores comunicaram à Comarca de Bocaiúva do Sul, dizendo naquela ocasião que um tal de Senhor Geraldo Alves, responsável da firma mineradora, tinha ido àqueles trabalhadores e que tinha dito a eles que tinha um pessoal que estava pronto para chegar lá e degolar as pessoas que ocuparam a área da Mineradora Cerro Branco.

Esses trabalhadores procuraram o Ministério Público e denunciaram, através do mesmo, essa empresa. Até ontem, nada tinha sido feito e nada tinha sido colocado à disposição desses trabalhadores para poder defendê-los. E novamente ontem, vieram até a Secretaria de Segurança Pública denunciar agora que um tal de Silvino de Oliveira esteve na área e disse que as crianças deveriam ser retiradas de lá, separadas dos seus pais porque eles seriam queimados vivos no interior dos seus barracos.

Essas famílias vêm sofrendo ameaças e estão ameaçadas de perder toda a sua produção. E nós, em nome do Partido dos Trabalhadores, cobramos do Senhor Governador que cumpra o que prometeu no seu discurso de posse ao dizer: "venho também da roça e das casas queimadas e dos carreadores traiçoeiros, onde agricultores foram to-

caçados e assassinados pelos grileiros que se apossaram de suas terras".

Este é o trecho do discurso de Roberto Requião. Por isso, em nome do PT, cobramos que a Secretaria de Justiça proteja esses trabalhadores. Cobramos que o Senhor Juiz da Comarca de Bocaiúva do Sul faça justiça, e a justiça é fazer com que, quem na terra produz, na terra deve permanecer e que a terra é vida daqueles trabalhadores e que lá eles devem permanecer e não simplesmente grileiros fazerem uso da propriedade que não lhes pertence, uma vez que aquela terra é de ninguém. E a terra, no entender do PT, é de quem produz e não de quem a usa simplesmente para aumentar o capital e aumentar a exploração e a opressão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. (Lê).

"Ocupar a tribuna no dia de hoje, é para mim uma satisfação muito grande, porque proporciona a oportunidade para me dirigir aos nobres colegas, representantes do povo com assento nesta Casa.

Minha ação política ao longo dos anos, primeiramente como Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito Municipal, de Toledo, Presidente da AMOP, e agora como Deputado Estadual, representante da Região Oeste, têm sido pautada sempre pela coerência e luta incansável, cumprindo com as obrigações que o cargo impõe.

Como pessoa humana, sabemos que pode-se eventualmente errar, mas consciente e convicto afirmo, que sempre me dediquei, trabalhando e lutando com muita garra e disposição, não deixando jamais de atender reivindicações ou pedidos de que ordem fosse.

Confesso, que nem tudo pudemos resolver a contento, como realmente deveria ser, mas o melhor sempre tentamos para beneficiar a todos os integrantes das comunidades indistintamente.

Quem luta, quem trabalha e constrói, pode às vezes errar, mas jamais pecará por omissão e descaso.

A realidade brasileira, na atual situação nos apresenta um quadro muito pouco promissor, para não dizer, desesperador para muitos segmentos e setores da nossa sociedade.

Dentro deste contexto, lamentavelmente negativo para a vida brasileira, com reflexos indiscutíveis, também para o nosso Estado, vejo a necessidade de uma união de forças com muita responsabilidade e despi-

da de intransigências ideológicas.

Pois entendo e assim aprendi durante a minha vida, que cada um cumprindo com sua parte, trabalhando seriamente e com dedicação, haverá de se conseguir superar as adversidades e proporcionar o desenvolvimento econômico que deve fidelidade aos valores sociais, sempre planejado para servir ao homem, baseado na justiça social e na solidariedade.

A união de forças a que me refiro, deve partir desde os partidos políticos, Governos Federal e Estadual, Poder Legislativo e Judiciário, Prefeitura e Câmaras de Vereadores, entidades representativas, associações de classes, funcionalismo público, empregados e empregadores, enfim, todos os segmentos e participantes da sociedade brasileira, partindo do mais humilde cidadão até o mais favorecido pela sorte e pelo trabalho, e acima de tudo, repito, os governantes.

Devemos sempre ser exemplos, pois depende de cada um em particular, para se conseguir melhores resultados no conjunto.

Como integrantes do conjunto dos órgãos investidos de autoridade, para realizar os fins do Estado o Poder Público, todos assumimos o compromisso de promover o bem do nosso Estado, e assim quase todos os Deputados, nestes meses de mandato, têm se conduzido.

Dentro desta linha e deste compromisso, encontramos o Governo Estadual, que através de seu Governador Roberto Requião, tem muito bem demonstrado e aprovado com suas ações, cujos resultados práticos mais rapidamente vêm beneficiar o povo num todo. Exemplo disso, o convite aos ex-Governadores, indistintamente, para integrar o Governo como Conselheiros.

Outrossim, merece o Governador Requião, de minha parte, os melhores elogios e apoio, por estar colocando em prática um modelo dinâmico, ágil e realizador, de administração pública. Governando sim, de forma simples, mas com muita austeridade, competência e objetividade.

Testemunhamos que o Governador tem se dirigido, com suas ações, a todos os paranaenses, sem qualquer discriminação, se propondo a edificar uma sociedade voltada ao progresso econômico, social e político, justa e livre, optando sempre pela correção de injustiças existentes, principalmente nos desníveis de regiões do Estado.

O Senhor Roberto Requião, tem muito bem definida sua ação frente ao Governo, mostrando que é o Governador de todos os paranaenses, e que o Estado é um instrumento da sociedade!

Na condição de Deputado e representante da Região Oeste, deixo aqui registrado, os agradecimentos do povo que lá reside, trabalha e produz, pelos inúmeros benefí-

cios e obras autorizadas em nome do Governo do Estado, e também os agradecimentos, pela sua presença e equipes na região já várias vezes, o que prova a presença firme e decisiva, na solução dos problemas do Estado, tudo isto em pouco mais de 60 dias de Governo.

Quero ter a pretensão, que todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa de Leis, expressão máxima da representatividade do povo paranaense, entendam a minha mensagem de entendimento, entre povo, governantes e legisladores, para conseguirmos atingir o grau de desenvolvimento que todos almejamos para o Paraná e seu povo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, ainda com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna com satisfação por ter na semana passada representado a Assembléia Legislativa no I Encontro de Defesa do Meio Ambiente em Paranavaí, onde se encontraram o Prefeito, o Secretário Tadeu França, o Presidente do ITCF, Vitório Sorotiuk, no qual debateram e conflitaram com muitos jovens que lá estavam, trazendo novas idéias, trazendo, talvez, um novo marco na história.

A descentralização das Secretarias de Estado, levando aos municípios, aos municípios-pólo de cada região novos projetos, novas metas e novas idéias.

Estivemos com o CEDA (Conselho Estadual de Desenvolvimento Ambiental) comemorando a 32.<sup>a</sup> reunião deste Conselho. Onde eu, como Conselheiro, levei o nome da Assembléia na defesa do meio ambiente, e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia.

Sabemos que todas as regiões necessitam ser olhadas no que se refere à ecologia. Sabemos aqui que como jovem e como Deputado devemos manter o mínimo de decência a respeito do meio ambiente.

Estivemos com o Prefeito de Paranavaí, Rubens Felipe, com o Presidente da AMOPAR, com o Secretário Tadeu França para levar a palavra da Assembléia; para dizer que como Deputado e representante de tal Comissão, que hoje é valorizada pelos Parlamentares, iremos defender e iremos saber como mostrar a presença do Governo do Estado nestas ações.

Um outro assunto também ligado à região de Paranavaí e ligado aos Deputados que aqui estão: sabemos da deficiência na arrecadação do ICM, sabemos da sonegação ligada à pecuária, e, por isso, encaminhamos na tarde de ontem, junto a esta Mesa,

Requerimento pedindo a reabertura da Delegacia Regional de Paranavaí. Porque sabemos, também, ao percorrer os pequenos municípios da região, da deficiência da fiscalização quanto à sonegação de ICM, sabemos que pequenos municípios descentralizados, melhor, centralizados agora em Maringá, quanto à arrecadação na Delegacia Regional de Maringá, sofrem e lhe são retirados os valores acrescidos nos produtos que tanto pagam ICM, mas que são mantidos nos grandes centros.

Paranavaí, apesar de ser grande centro, vai substanciar a defesa do Noroeste do Estado. Venho também como Deputado do Noroeste, como vários aqui, e sei das dificuldades que o Noroeste passa, em escola, saúde e segurança, mas será com a arrecadação do ICM; será com a vergonha dos Prefeitos; será com o Governo Federal, que está começando a cooperar com o Governo do Estado, que irá melhorar esse posicionamento.

Também tenho junto com amigos aqui, junto com Deputados do Noroeste, filhos do Noroeste, que talvez tenha a obrigação, apesar de não ser filho do Noroeste, hoje tenho amor àquela terra; amor àquela terra que fui votado; amor à terra que vou defender. E peço a todos os Deputados que aqui estão: levantem esta bandeira, a bandeira dos pequenos municípios, dos municípios que são marginalizados, talvez, junto ao Governo Federal, dos pequenos municípios onde conseguem produtos agrícolas, onde conseguem manter os grandes centros para industrializar várias regiões do Estado.

Quero parabenizar a Neivo Beraldin, o Deputado que incentivou o "1º Simpósio da Região Metropolitana de Curitiba"; também avisar a todos os Deputados da Região Metropolitana, que amanhã será o 2º encontro para memorizar, a Região Metropolitana também necessita desses recursos. Necessita até mais que muitos municípios, mas necessita trazer junto com o Governo do Estado e com os Deputados que aqui estão, mais forças para aquelas pessoas que vêm do Interior, que não têm indústrias, que não têm lugar para se alojarem, mas que vêm centralizar na Região Metropolitana.

Por isso, representando o Noroeste do Estado e parte da Região Metropolitana...

O Sr. Lourenço Fregonese (Aparte) - Eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência. Realmente, nós estamos muito preocupados com os pequenos municípios, e não é só o descaso do Governo Federal mas também do Estadual.

E, em prol da ecologia, em prol do meio ambiente, eu lhe pediria, o Senhor, como representante do partido do Governo, que nós fizéssemos um apelo ao Governo do

Estado, para que aumentasse o salário dos técnicos do ITCF, instituto esse que presta enormes serviços à ecologia. Pois, hoje, o maior salário pago no ITCF é de apenas 147 mil cruzeiros.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE - Vossa Excelência, talvez não tenha contato direto com Vitório Sorotiuk, que é o Presidente do ITCF, mas ele me requisitou isso também, e estamos a par das reivindicações não só do ITCF, mas do ITC, IAPAR e de todas as ligações com o meio ambiente, junto à Secretaria Especial do Meio Ambiente. E pedindo aos Deputados que colaborem no final do ano, para que seja incluída uma carteira para fortalecer a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco, usava esta tribuna o Deputado Ernani Pudell, para tratar de um assunto que nos traz preocupação também.

Enquanto nós assistimos a assaltos à mão armada no centro de Curitiba, nos grandes e pequenos centros do Paraná. Enquanto assistimos à intranquilidade nas residências da sociedade paranaense, nós, lamentavelmente, vemos hoje pela imprensa do Paraná, estampado um ato, que não muito distante, o MDB combatia, quando da truculência militar que assolava o País, na invasão de diretórios, nas destruições de DCE's, nas destruições de uniões de estudantes e outras atividades estudantis mais.

Nós, quando vemos registrada uma cena lamentável como esta, da Polícia Civil, dizendo da invasão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade, sob a alegação de que vizinhos reclamaram do barulho e da "baderna", e se determinou que aquela "blitz" fosse realizada.

É interessante como as coisas são feitas. Primeiro, antes de se saber o que está se passando, faz-se a invasão. Faz-se um ato semelhante àquilo que todo o Paraná, aliás, que todo o País repudiou no passado, para depois se dizer que "vamos tomar as medidas para punir os responsáveis por estes atos de violência, que não são determinados pela Polícia do Paraná".

Ora! Nós temos certeza de que se não houvesse uma determinação, como está dito aqui neste jornal, obviamente os policiais não teriam agido desta forma. E o interessante é que se condena tanto, procura-se falar tanto da forma de agir do Governo

Federal. E nós estamos vendo que o Paraná está caminhando não muito diferente. Inclusive, com relação a este Parlamento.

Há poucos dias nós vimos Deputados do Paraná e do PMDB reclamando do tratamento que o Governo Federal dava a estes Parlamentares, por não pertencerem à sua agremiação partidária. E nós estamos vendo que o Paraná caminha a passos largos e não muito diferentes deste tipo de atitude.

Isto é lamentável. E eu creio que o reflexo precisa ser visto com relação ao que se passa, muitas vezes, dentro de casa. Da mesma forma, eu quero dizer o seguinte: quando se coloca que o nosso Partido, o Partido Socialista Brasileiro, pretende fazer parte de um bloco de enfrentamento de oposições ao Governo do Estado, nós queremos deixar bem claro que nós faremos parte de todo o bloco de enfrentamento àquilo que não interesse à sociedade paranaense. Nós faremos parte e teremos coragem de denunciar tudo aquilo que não apresente transparência à sociedade paranaense e em especial a este Parlamento, porque nós já dissemos aqui diferentes vezes que nós estaremos apoiando as iniciativas que atendam aos interesses do Paraná. E não temos receio disto. Como há poucos dias, falávamos da grandiosidade da Usina de Segredo. Como há poucos dias, defendíamos a questão de aprovação de verbas para o Hospital Universitário e para a educação de 1º e 2º graus.

Mas, obviamente, nós não teremos receio de, aqui desta tribuna, condenarmos àquilo que fere e que não traz a transparência que a sociedade paranaense pede.

Nós estamos, também, vendo hoje, e é digno, de fato, de um elogio, matérias freqüentes que o "Jornal do Estado" vem publicando com relação a uma coisa que nós já "batemos" aqui por diversas vezes, e quando se apresentou a este Plenário uma proposta para se achar uma saída ao sucateamento em que se encontra a educação no Estado do Paraná, nada se fez. Ainda votou-se contra. Parabéns ao "Jornal do Estado". E nós temos certeza que quando todos os órgãos de imprensa, nós temos certeza que quando toda a sociedade paranaense, numa só voz, mostrar àqueles que têm o poder de decisão, que é pela educação que nós encontraremos o caminho para a grandiosidade deste País, nós estaremos encontrando, obviamente, os mecanismos capazes de coibir a violência, através de ações policiais, a violência através de atitudes de homens que não têm emprego e que perambulam pelas ruas deste nosso Estado, deste nosso País.

Nós temos de fato, que elogiar matérias como esta que exibem a realidade da evasão escolar, em todos os níveis da escola pública deste Estado. É o sucateamen-

to que está posto, é o sucateamento que foi deixado como herança pelo Governo passado, e nós temos certeza que este Governo está tendo dificuldades para saná-la, mas temos certeza também que agindo conscientemente, nós encontraremos o caminho e que, de fato, aquilo que se vem divulgando pelo atual Governo se torne realidade, para que os educadores deste País, para que a sociedade paranaense tenha aquilo que é o elementar, que lhe pertence, mas é o essencial para a grandeza do Brasil que é a Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrando o Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso. (Ausente).

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao PL. (Declina).

Concedo a palavra ao PFL.

Com a palavra o Deputado Elío Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade, Senhor Presidente, queremos neste instante, apenas fazer um registro do dia de ontem, quando veio ao nosso Estado o Ministro da Saúde, Alcení Guerra. Homem público que já tem trazido muitas glórias ao nosso Estado, e no dia de ontem, mais uma vez tem se confirmado a liderança imbatível que exerce Alcení Guerra, no Governo Federal.

Assistimos pela manhã, no Palácio Iguaçu, à assinatura em torno de 600 milhões de cruzeiros, que serão repassados ao Governo do Estado e ele, por sua vez, vai transferir estes recursos a centenas de municípios do nosso Estado. Na parte da tarde, continuaram os trabalhos do Ministro da Saúde, em relação aos convênios com diversos municípios, diversas prefeituras do nosso Estado.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Eu queria também ressaltar a atitude do Ministro Alcení Guerra, representante do Governo Collor aqui no Paraná, que deu uma aula de democracia no Governador, da maneira com que têm que ser tratados os assuntos do Paraná. Esperamos que o Governador do Paraná tenha a mesma atitude com o restante dos Prefeitos do Paraná, que não o apoiaram nas eleições para Governador. Segundo o que sabemos, de todos os cantos do Paraná, não é a mesma atitude que teve ontem o Alcení Guerra, não é a mesma atitude que o Governador está tendo perante os seus adversários, no Paraná.

Esperamos que esta aula de democracia que o Ministro Alcení deu ontem no Palácio

Iguaçu, sirva de exemplo ao Governo do Paraná, para que ele tome as mesmas atitudes e que Deputados aqui desta Casa sejam atendidos no Governo do Estado e para isso não tenham que entregar o seu voto a favor do Governo.

Nós, governando o Brasil, no Governo Collor, não trocamos benefício a região nenhuma do Estado, em troca de voto.

O SR. ÉLIO RUSCH - Na verdade, o que nós vivemos na política e na administração pública, me parece que são outros tempos. Para quem tinha, na pessoa de Leonel de Moura Brizola, não só um adversário político, mas sim um inimigo pessoal, hoje vemos sentados na mesma mesa o Governador do Rio de Janeiro e o Presidente da República. Eu disse por muitas vezes, e também registro neste momento, que Roberto Requião tem surpreendido o Paraná em diversas posições. Roberto Requião se elegeu Governador do Estado em cima do Governo Federal. Sabemos que as críticas e as acusações durante a campanha foram constantes e após a eleição e após a assunção do Governador Roberto Requião no Palácio Iguaçu, os ventos sopraram de outro lado. Vimos uma aproximação do Governador do Estado do Paraná com o Presidente da República.

Esperamos que este entendimento que está havendo entre o Governo Estadual e o Federal, seja para o bem público de nosso Estado. E que também seja mantido com o Governo do Estado e as Prefeituras, independente de partido do Prefeito. Isto se faz necessário. Sempre digo que o mandato e o cargo são passageiros, mas o homem, o Estado, o Município e a Nação permanecem. Se faz necessário que trabalhem em conjunto, independente de partido. O radicalismo não constrói. Constróem sim, as pessoas que têm voltadas as suas idéias e os seus princípios para o bem público. Isto ficou evidente no dia de ontem, quando vimos, no Estado do Paraná, a pessoa do Ministro Alcení Guerra junto ao Governador do Estado, tratando a Saúde Pública de nosso Estado.

Com saúde não se brinca. A saúde é coisa séria. Devemos reconhecer isto, que o Governo do País, Fernando Collor de Melo, através do Ministro da Saúde, estão fazendo um trabalho voltado para o social e para a saúde.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Meu caro Elío, gostaria de aproveitar este aparte que Vossa Excelência me concede, muito gentil, para responder ao Líder do PRN, que o Governador Requião não tem

feito outra coisa senão atender, indiscriminadamente, a todos os partidos políticos. Não só os Prefeitos, mas os Deputados e todas as lideranças políticas do Estado. No Palácio Iguazu, não tem havido nenhuma discriminação. Muito ao contrário. Tem demonstrado, o Governador Roberto Requião, competência suficiente para atender aos reclamos da população do Estado do Paraná indiscriminadamente.

Ontem realmente foi bonito. A assinatura do convênio entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Agora esperamos que não fique na assinatura, que o dinheiro venha realmente. Os municípios precisam receber. Porque até agora, pelo que sei o dinheiro ainda não está aqui. Precisamos que os municípios recebam este dinheiro para viabilizar as suas reformas na área da saúde, como foi dito ontem no discurso.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH - Deputado Neivo, para que se libere o dinheiro o primeiro passo para a concretização daquilo que se almeja, se faz necessário que se tenha um projeto. Depois do projeto se faz necessário que seja celebrado o convênio. O convênio foi assinado, há questão de vinte e quatro horas. Tenho certeza que o Governo Federal não vai faltar com o Estado do Paraná, ainda mais um Estado onde o Ministro Alceni Guerra tem suas bases, sua origem.

Tenho certeza que aquilo que foi falado ontem não fica no papel mas vai partir para a prática. E o Governador do Estado já tem cobrado publicamente, o próprio Secretário de Saúde, ainda ontem, para que à medida que o dinheiro chegue para o Estado do Paraná seja repassado imediatamente para os governos municipais.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e louvo a atitude de Vossa Excelência de vir à tribuna registrar aqui ontem a presença do Ministro Alceni Guerra. Em contrapartida, temos que discordar a posição do Deputado Rossoni, Líder da Bancada do PRN e dizer que foi dada aula de democracia para o Governador Requião.

São dois brilhantes políticos. Um hoje, ocupando o Ministério. O outro, ocupando o Governo do Paraná. São dois até podemos dizer professores políticos e que conhecem muito bem a democracia. Nenhum teve aula, os dois deram aula para aqueles que precisam de aula de democracia que ontem estiveram no Palácio Iguazu. O Palácio Iguazu sempre esteve de porta aberta ao Governo, aos Parlamentares, aos Prefeitos, posso dizer seguramente porque sou Deputa-

do, de Prefeito do PMDB do partido ao qual faço parte, e representa municípios de Prefeitos de outros partidos e que nunca sofreram hostilização por parte do Governo Estadual. Mas preciso salientar que esses 560 milhões, 570 milhões que foi prometido a liberação ontem, porque acredito na pessoa do Ministro Alceni Guerra vai ter sim um retardamento, como já teve, porque eram 170 ou 190 milhões que estavam para vir ao Paraná no final do Governo Álvaro Dias. Já houve pedidos, inclusive pedidos bem anteriores que o Governo Requião com o próprio Secretário Nisan conheciam até no momento em que pegaram os seus postos, conheciam os municípios ao qual tinham se dirigido determinados valores. Esses valores evidentemente foram corrigidos, e nem o Governador Requião, nem o Secretário Nisan sabiam, na oportunidade, quais os municípios levariam. O Secretário Nisan tomou conhecimento tão logo foi combinado com o Ministro Alceni a liberação dos 560 milhões de cruzeiros. E discriminação também não houve porque foram convidados ontem para participarem do ato no Palácio Iguazu todos os Parlamentares. E é bom dizer que felizmente, para que a democracia seja realmente implantada nós temos cansado de ir nas Secretarias de Estado e até mesmo no Palácio Iguazu encontrar os companheiros Deputados do PRN, do PFL, do PDT, de diversos partidos.

Acho que a manhã de ontem foi uma manhã memorável porque vêm aqueles recursos que a República deve ao Paraná, porque o Paraná precisa realmente ser reconhecido e ter devolvido aquilo que nós mandamos para lá.

Por isso eu lhe parabeno pela manifestação que faz de registrar nesta Casa a presença do Ministro ontem, e que ele venham sempre ao Paraná, mas sempre que vir traga dinheiro porque realmente a saúde muito precisa.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Assentimento.

Só para restabelecer a verdade e dizer ao nobre Deputado Nilton Barbosa que nós não fomos convidados para ir ao Palácio Iguazu. Então a aula de democracia já começa errada. Os Deputados aqui do PRN que fazem oposição nesta Casa não foram convidados para ir ao Palácio Iguazu. E ao nobre Deputado Neivo Beraldin eu queria dar uma resposta, que está duvidando da assinatura do convênio do Ministro Alceni Guerra, talvez o Deputado Neivo Beraldin esteja acostumado com o Governador Álvaro Dias que assinou centenas de autorização de obras neste Estado e não as executou. O Ministro Alceni Guerra, segundo nos consta, até o presente momento é de honrar a sua assinatura.



O SR. ÉLIO RUSCH - Meu horário está encerrado.

Obrigado!

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu fui citado pelo Deputado Rossoni, eu gostaria de dizer que se não houve convite houve audácia, porque no Palácio Iguaçu havia Deputados de todos os Partidos. Não vi lá os Deputados do PT, do PSB e nem do PL, mas dos demais partidos eu vi todos lá. Acho que a democracia está, sim, implantada no Palácio. Agora, se não houve convite houve ousadia e audácia de alguns Parlamentares.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu peço a palavra na qualidade de Deputado do Paraná, de oposição, para protestar contra a afirmação prepotente do Deputado Nilton Barbosa de dizer que são audaciosos os paranaenses que vão ao Palácio Iguaçu sem convite. O Palácio Iguaçu nos pertence, a todos os paranaenses, desde quando foi erguido pelo Bento Munhoz da Rocha Neto, não se pode tratar a coisa pública como casa própria. A casa do Sr. Roberto Requião fica em Curitiba no Bairro do Champagnat lá sim seria audácia entrar qualquer paranaense sem convite. Agora no Palácio, entraremos sempre que for necessário, sempre que o bem comum assim o exigir. Essa afirmação de audácia é uma afirmação profundamente vergonhosa, e desabonatória a essa Assembléia.

(Palmas)

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a minha questão de ordem e em função de convidar os Senhores Deputados para que permaneçam ao final da sessão, que farão uso da palavra já de acordo anterior - com o Senhor Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, os companheiros da Casa Latino-Americana para apresentar a Logo Marca dos 500 anos de descobrimento da América, e farão uso da palavra no final da sessão. E também farão uso da palavra os estudantes do DCE da Universidade Católica do Paraná, da PUC, para colocar a todos os Senhores Deputados a situação em que se encontra a PUC do Paraná.

Então nós queremos nesta questão de ordem, simplesmente convidar os Senhores Deputados a permanecerem no final da sessão para ouvir essas duas entidades: Casa Latino-Americana e DCE.

Muito Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu confesso não ter entendido a posição do Deputado Rafael Greca, o nosso professor de Oratória e de História aqui na Casa, porque eu respondia ao Deputado Rossoni, dizendo a ele que estra-

Curitiba, terça, em 28.05.91

nhava de certo modo saber que a Bancada do PRN não fora convidada a ir ao Palácio, em se tratando de Parlamentares que fazem parte inclusive da comitiva do Ministro Alcení Guerra e de repente fui pego de surpresa pelo Deputado Rafael Greca, que fez um discurso dizendo é evidente que eu sei que o Palácio Iguaçu é a Casa do Povo, não se precisa ordem para lá entrar.

Agora é evidente que num ato solene como ontem, em se tratando de uma assinatura de convênio entre o Governo Federal e o Estadual, nos causou estranheza sim, saber do Deputado Rossoni que não houve convite, mas reafirmo que vi lá Deputados de diversos partidos políticos.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, foi citado pelo Líder do PRN, a posição vangloriosa de Alcení Guerra ontem aqui, como paranaense, mas se nós tivéssemos um paranaense também no Ministério da Educação para ver a moral e a vergonha que estão passando os reitores hoje das Universidades particulares do Estado.

Sabemos das deficiências das Universidades Federais e Estaduais, mas não podemos com 126% de aumento sobreviver nas Universidades particulares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou, a partir deste instante, aplicar o Art. 105 do Regimento Interno. O Presidente não poderá recusar a palavra do Deputado que a solicitar pela ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

No Horário das Lideranças, PT com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Senhores presentes, Hoje uma notícia muito importante para nós do Estado do Paraná, nos traz a "Gazeta do Povo".

Mais 25 juntas de Conciliações e Julgamento da Justiça do Trabalho estarão sendo instaladas no nosso Estado.

25 Juntas de Conciliação e Julgamento, isto representará principalmente para os trabalhadores a justiça mais perto da sua casa, da sua comunidade, da sua indústria, da fábrica aonde trabalha.

Eu sei que talvez isso não seja um problema aqui da grande Curitiba, da Grande Londrina, da Grande Maringá e nem se-



quer da grande Ponta Grossa, mas é um problema por exemplo aonde o município do porte da nossa Irati, aonde o trabalhador para poder ir em busca dos seus direitos ele tem que percorrer mais de cem quilômetros, dirigindo-se à cidade vizinha de Ponta Grossa e nós tivemos já no passado, lá na nossa Irati, uma Junta de Conciliação e Julgamento itinerante e que foi a partir de 83 retirada da nossa comunidade e retirada da nossa região.

De lá para cá ofícios, requerimentos e os clamores, principalmente dos trabalhadores da nossa região, nada ouvíamos de concreto e hoje fomos surpreendidos com uma notícia extremamente importante para todos nós.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados eu queria dar encaminhamento a um requerimento nesta Casa dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho, para poder deixar registrado nos Anais desta Casa o que está acontecendo em Brasília e por certo virá a beneficiar a todos nós paranaenses. São dezesseis municípios que serão contemplados com vinte e cinco Juntas de Conciliação e Julgamento, inclusive a própria grande Curitiba. (O requerimento levou o nº 1241 e foi lido no Expediente.)

Muito obrigado, Senhor Presidente.  
Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Arlindo Troian.

O SR. ARLINDO TROIAN - Senhor Presidente, nobres companheiros Deputados, Senhora Deputada.

Quero parabenizar aqui o Deputado Cleiton quando ele na sua visita a Paranaíba, me disse há pouco no Plenário, que encaminhou um Requerimento para a Secretaria de Finanças para a reabertura da regional da Secretaria de Finanças naquela cidade. Está de parabéns, Deputado. Eu acho que realmente V.Exa. indo àquela região que compõe hoje 23 municípios, e talvez por um ato impensado pelo Governo passado, Álvaro Dias, fechou naturalmente aquela região que compreende 23 municípios, onde nós sabemos que ficamos naturalmente a ver navios, porque funcionários que lá estavam em Paranaíba, da Regional, e dos demais municípios fiscalizavam e naturalmente davam condições melhores para que se arrecadasse mais daqueles municípios que hoje atravessam grandes dificuldades, que são do Noroeste do Paraná.

Espero, nobre Companheiro, que o Governo Requião reveja esse ato impensado do Governo passado que fechou uma Regional que dava condições, como disse há pouco, para que se pudesse arrecadar mais nos Municípios o ICMS e que teriam um retorno maior para os municípios e um retorno

maior para o Estado.

Fico satisfeito em saber que faz parte da comissão do SEFA e também do ITCF porque o ITCF realmente hoje precisa que o Governo reveja com urgência aqueles funcionários que estão trabalhando para o ITCF que praticamente não estão podendo viver com o salário que percebem.

O Sr. Cleiton Kielse - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Troian, estive com o Governador Roberto Requião para ter uma explicação quanto aos fiscais da receita Estadual, e nos liberou a todos os Deputados que convoquem os seus Prefeitos e Delegados da Polícia Civil para qualquer desconfiança em cima de caminhões que não trafeguem com notas fiscais para fazer a interdição. Fizemos isso na Região Noroeste, só que não fomos ouvidos na Delegacia Regional de Maringá. Fizemos várias apreensões de caminhões que tivemos que liberar logo em seguida. Por isso, peço e imploro que reabram com urgência não só o de Paranaíba, como de todos os núcleos de todo o Estado do Paraná.

O SR. ARLINDO TROIAN - Realmente isso é uma grande falha que cometeram e esperamos porque há diversas microrregiões que estão com esse problema.

Quanto ao ITCF nós esperamos que o Governo Requião também reveja o salário dessas pessoas que trabalham para tentar manter a ordem e manter as reservas florestais e os nossos rios porque V.Exa. deve ter visto o caso lamentável que existem dois funcionários do ITCF (eu entrei com um requerimento aqui que deve ter passado esses dias) e dois barcos, com um motor fundido, e eles percorrem a área de todo o Rio Paranapanema, todo o Paranaíba e inclusive o Rio Ivaí, e não é possível o salário que eles percebem. E eles têm um carro que nem é do ITCF: é um carro de uma outra instituição que vive mais quebrado do que andando.

Naturalmente nós não estamos cobrando de Requião. Mas como V.Exa. esteve lá com o Secretário do ITCF e do SEFA, que realmente eles verifiquem e aloquem para lá condições para esses homens trabalhar, como a grande reserva de Diamante do Norte, que são 1470 hectares de mata virgem, que foi desapropriada pelo Governo e tem um funcionário que recebe um salário que, se eu não me engano, não dá 35 mil cruzeiros e está a pé para percorrer toda essa área e a barragem que é hoje a de Rosana.

Então, eu espero que, com a sua ida e a do Senhor Secretário, verifiquem "in loco" e encaminhe pessoas...

O SR. Cleiton Kielse - V. Exa. me permite um aparte?  
(Assentimento).

Eu conversava com Vitório Sorotiuk, Presidente do ITCF, nos liberou para este ano para o plantio em todo o Estado do Paraná e no programa "SOS Noroeste", de que faço parte, do plantio de 85 milhões de mudas nos mananciais e nas tais reservas que hoje estão tão depredadas.

O SR. ARLINDO TROIAN - Muito bem. Isso é muito importante, mas o mais importante é colocarmos gente para fiscalizar, porque nessa reserva existem quase todas as espécies de animais que estão sendo destruídas e caçadas diariamente e naturalmente nós não temos quem vá dar cobertura a isso. Eu concedo o restante do tempo ao Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

É com alegria e tristeza que leio hoje numa das páginas do "Jornal do Estado" que reporta sobre a denúncia da drenagem do Porto de Paranaguá.

Realmente, após a nossa denúncia, parece que o Governo e o Superintendente dos Portos se mexeram e a drenagem vai sair, pelo menos as assinaturas estão saindo. Só que num dado momento da edição diz o seguinte: "O Superintendente Mário Lobo lamentou ainda que o Deputado não tivesse o cuidado de procurar se informar do trabalho e das medidas que vêm sendo tomadas no sentido de garantir o funcionamento do potencial pleno do principal terminal portuário do Paraná".

Antes de me manifestar na tribuna da Assembléia Legislativa ao detalhar as medidas preventivas de manutenção que vem sendo tomadas, Mário Lobo concluiu afirmando que um dia poderemos até pecar, mas se isso acontecer, será por excesso de zelo e nunca por omissão".

Então eu gostaria de mandar um recado ao meu companheiro e amigo Mário Lobo, que infelizmente ele está se esquecendo das causas paranistas e está somente tentando dar satisfação à Secretaria de Transportes e ao Governo do Estado, porque este Deputado que aqui esteve e denunciou o problema do guincho, fez com que o Secretário de Transportes estivesse em Paranaguá, tentando e aprontando a licitação para a subestação de energia, a qual ainda não está concluída. Esse mesmo Deputado levantou o problema da drenagem e aqui eu parablenizo a "Folha de Londrina" que muito bem publicou e escutou o Capitão dos Portos do Estado do Paraná, e do qual teve a resposta que se o próximo exame da profundidade, estiver com o problema do calado, será in-

terditado o Porto de Paranaguá, será diminuído o calado do Porto de Paranaguá.

Gostaria também de avisar aos Senhores Deputados que em breve os Senhores vão ter a certeza que o Porto de Paranaguá, na gestão passada, pagava à empresa TK o ISS que a mesma recolhia ao Município de Paranaguá.

Nós estivemos presentes, ao lado do Superintendente dos Portos e o avisamos como avisamos ao Líder do Governo e como avisamos também ao Secretário de Transportes. Faço mais um alerta: se os Senhores forem ao Porto de Paranaguá, na ala nova, a tão propalada ala nova, um caminhão entra de frente e sai de ré, porque não existe ré para o Porto e não existe condições de navegabilidade e de tráfego dentro daquele pedaço e digo mais, existe seis postes, no Porto de Paranaguá, na ala nova, seis postes de madeira com lâmpada de 250 Volts. para iluminar um porto onde atracam navios de 70 ou 80 mil toneladas, Ora minha gente, isso é trabalhar? É isso o que a gente leva por tentar ajudar o Estado do Paraná? Eu não estou aqui para ajudar o Governo Requião. Estou aqui para ajudar o povo de Paranaguá e como diz Geraldo Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Acorda, Governador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PDT.

(Declina).

Está com a palavra, a Liderança do PMDB.

Está com a palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço à tribuna para, brevemente, prestar alguns esclarecimentos em nome da nossa liderança aos assuntos abordados inicialmente pelo Deputado Bazílio Zanusso e posteriormente pelos Deputados Ernani Pudell e Paulo Maia de Oliveira.

Com referência ao decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de se transportar os trabalhadores volantes, os "bóias-frias" somente através de ônibus, nós queremos esclarecer ao Deputado Zanusso e a todos os demais que interessados estão nesse assunto, que desde o momento em que foi expirado o prazo de prorrogação para entrada em vigor desse requerimento, nós temos mantido contato com o Secretário da Agricultura, Osmar Dias, com o Secretário Caíto Quintana e ainda hoje de manhã, estivemos reunidos, na companhia do Deputado Severino Félix, Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Toti Colaço e do Deputado Durval Amaral e com S. Exa., o

Secretário Chefe da Casa Civil, levando a ele as preocupações que nos têm chegado e em especial, a Comissão da Agricultura, como disse, presidida pelo Deputado Severino Félix no sentido de que uma nova dilação de prazo seja concedida a este decreto dada a total impossibilidade em que se encontram hoje os transportadores de "bóias-frias" para adquirir os ônibus que o decreto determina como único meio de transporte.

Todas estas preocupações que nos têm chegado, subscritas por lideranças do meio rural, por Prefeitos, pela Diretoria da Federação da Agricultura do Paraná - FAEP - fizemos chegar ao Secretário Caíto Quintana que irá transmiti-las ao Governador Roberto Requião. Porque nós sabemos as dificuldades que a agricultura vem enfrentando e das dificuldades que encontrariam os trabalhadores, os transportadores de trabalhadores volantes neste momento para adquirirem estes veículos, mas sabemos também que este Decreto já existe há oito meses e que seguidamente ou pelo menos em uma ocasião já teve a sua implantação prorrogada. E não é intenção do Governador Roberto Requião conceder mais uma dilação de prazo para que daqui a noventa dias possamos chegar novamente à mesma situação em que estamos hoje com a falta de condições em poder implantar esse transporte.

Com referência ao assunto abordado pelo Deputado Ernani Pudell e pelo Deputado Paulo Maia, queremos deixar claro que, em hipótese alguma, a Liderança do PMDB e do Governo concordam com as atitudes adotadas por alguns policiais com referência à prisão, à invasão da residência de um estudante ocorrida, se não me engano, neste início de semana ou final de semana.

O Governador Roberto Requião nos informou e pediu que informássemos a esta Assembléia que determinou que fossem tomadas pela Secretaria de Segurança todas as medidas cabíveis e necessárias para o devido esclarecimento a cerca deste assunto. Em nenhum momento, este episódio está relacionado com a operação determinada por S.Exa. o Governador para coibir os abusos que marginais, que pessoas desocupadas, que pessoas não qualificadas têm causado à sociedade. Da mesma forma que determinou o Sr. Governador uma operação especial com referência ao contrabando, com referência às ações de marginais na fronteira com o Paraguai e com outros Estados, também, na Capital, procurou ele nesta operação dar à população a tranquilidade e a segurança que exige do Governo. E se por ocasião desse evento um fato isolado que ocorreu, S.Exa. o Governador também não concorda com o mesmo e determinou providências, e nós as teremos e esta Assembléia irá tomar conhecimento.

Cumprimento os nobres Deputados pela maneira como colocaram o assunto porque, tenho certeza, da mesma forma que nós, eles manifestaram de público a não concordância e nós também assim manifestamos e as providências já foram tomadas.

A cerca da vinda do Ministro Alceni Guerra, acredito, o assunto já foi devidamente abordado.

E é bom que este relacionamento comece a se estreitar. E ele será estreitado, evidentemente, porque pretende, o Governador Roberto Requião ter com o Presidente Collor um relacionamento dentro daquilo que estabelece os princípios da República. E, dentro dos princípios da República, cabe sim, ao Governo Federal uma parcela de responsabilidade para com as coisas que acontecem no Estado.

E só para lembrar do setor rodoviário: quantas e quantas "demarches", quantas reivindicações já chegaram ao Governo Federal, quantos e quantos protocolos e intenções, quantos e quantos convênios já foram firmados para prosseguimento de obras como a BR-153, a Transbrasiliana, como o recapeamento daqui a Campo Largo e São Mateus, a duplicação da 376 até Garuva Joinville, a continuidade da BR-101 Garuva-Paranaguá, a duplicação da BR-116 daqui a São Paulo, e tantas obras que o Governo do Estado fez por conta de se receber no futuro e que não foi reembolsado hoje pelo Governo Federal.

A atitude do Ministro Alceni Guerra é a de um paranaense que, como todos nós e como aqueles homens públicos que têm origem neste Estado, se preocupa com os problemas mais emergentes.

Queremos que o Governo Collor, como bem frisou o Deputado Cleiton acerca da Educação, se espelhe nas ações desenvolvidas por este paranaense, liderança política deste Estado que hoje está lá no Ministério da Saúde e que veio ao Paraná cumprir com a obrigação do Governo Federal para este Estado repassar recursos para a Saúde, porque a Saúde é uma obrigação sim do Município, é uma obrigação sim do Estado, mas é uma obrigação sim, muito superior do Governo Federal, porque é lá que estão gordos recursos arrecadados através dos tributos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### VOTAÇÃO EM

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/91, de autoria do Tribunal de Justiça n. 21/91, que criam no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao SUBSTITUTIVO, por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral.

(Irá em redação final).

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 147/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o § 2º do art. 2º da Lei Complementar n. 56/91 de 18 de fevereiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 066/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 055/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% de seu quadro de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 024/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 022/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO e OUTROS, que altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das sessões públicas do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E. (Public. no D.A. n. 17 de 12.03.91).

#### COMISSÃO EXECUTIVA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/91

##### PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Ilustre Deputado Erondy Silvério, visa alterar a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 (Seção I - Das Sessões Públicas) do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão Executiva a opinar, entende que a propositura em questão é bem-vinda e oportuna, já que sua aprovação acarretará uma maior agilização dos trabalhos no Douto Plenário e facilitará, diretamente, a nobre atuação parlamentar dos Representantes do Povo Paranaense eleitos legítima e democraticamente.

Assim sendo, nestas condições e pelo elevado mérito da proposição em tela, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.91.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

Foi retirado da Ordem do Dia.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 151/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que institui a Secretaria de Estado da Justiça E DA CIDADANIA E TRANSFORMA A ATUAL SECRETARIA de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria de Estado do Trabalho e de Ação Social, assim como adotar outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA DA

CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA  
CIA. Aprovado. (Public. no D.A. n.º 42, de  
24.04.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 151/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em epígrafe visa a instituição da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e a transformação da atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Adota, também, outras providências.

A iniciativa faz parte do elenco daquelas arroladas como de competência exclusiva do Poder Executivo, não havendo, quanto a este aspecto, impedimento à sua aprovação por esta Comissão.

Examinado o Projeto, compete-nos, também, examinar a emenda a ele proposta, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Pinto, que por se tratar de mera autorização legislativa, não fere qualquer dispositivo constitucional. Contudo, para que se obedeça à melhor técnica legislativa se nos parece que deva originar um parágrafo, em separado, acrescido ao artigo 1.º.

Nestas condições, não vimos óbice à aprovação do Projeto, ao qual se deverá acrescentar a emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 151/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n.º 18/91, o Projeto de Lei em tela objetiva instituir a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, bem como transformar a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, adequando as respectivas estruturas funcionais dos órgãos em questão.

Tendo recebido da douda Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável quanto a constitucionalidade da iniciativa, veio o Projeto à alçada desta Comissão, para que a mesma opine a respeito.

Procedida a análise material do assunto, nada encontramos que se tornasse óbice à tramitação regimental da matéria. Sendo assim, esta relatoria dá parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 151/91, com o seu subsequente envio à aprovação do Plenário.

Sala das Comissões, em

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

## EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA AO

PROJETO DE LEI N.º 151/91

Art. 1.º - .....

§ 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN, a Defensoria Pública do Paraná - DPP a que se refere o Anexo ao Decreto n.º 5.429, de 25 de julho de 1989, o Conselho Estadual de Entorpecentes, o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Permanente dos Direitos Humanos e os Mini-Presídios de Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Paranavaí, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu.

Sala das Comissões, em 07.05.91.

(a) EDSON DA SILVA

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins, Costenaro Neto, Pláuto Miró Guimarães, Emília Belinati, Colombino Grassano, Mário Bezerra, José Tavares, Rossoni, João Preis, Durval Amaral, Toti Colaço e Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

No aspecto legal, a Lei de Execução Penal n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que passou a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1985, tem por princípio básico a ressocialização e reeducação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n.º 1156, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1204, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

(Há Projeto similar, considera-se anexado ao 1.º).

Requerimento n.º 1218, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Poderia reler o teor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Renato Adur requer seja apreciado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n.º 51/91, que se refere à privatização do

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar voto contrário do Partido dos Trabalhadores a esse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

Requerimento n. 1233, de autoria do senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1216, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

Requerimentos ns. 1221-A e 1235, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n. 1227 e 1228, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1214, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1215, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n. 1222, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1201, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1221-B, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 1211 e 1212, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 1231, 1232 e 1241, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 1205 e 1206, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1221, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1224, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante

do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1225, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Severino Félix e Nilton César Servo, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1226, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1239, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 1199, de autoria do Senhor Deputado Ademar Troiano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1202, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1210, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1213, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1217, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 1234, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Eu queria justificar a minha chegada um tanto quanto atrasada à Sessão, porque estava recebendo uma Delegação Italiana; ao mesmo tempo que eu peço que se registre a ausência do Deputado, já por dois dias, José Ritti, que denunciou injustamente esta Assembléia, alguns Deputados, mas que no entanto, depois de absolvido na sua punição não tem comparecido à Assembléia.

Então é necessário que se faça o registro, desse Deputado que é um gazeteiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.

106/91

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 151/911.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 063, 132 e 164/91

Levanta-se a sessão.

## Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ARLINDO TROIAN EM SESSÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 1991.

## "QUE CONTINUE ASSIM

Não há mais nenhuma dúvida de que o processo de implantação da citricultura comercial na região ganhou um ritmo que o torna irreversível.

Isto significa que o nosso Noroeste, que nos últimos anos era conhecido apenas como de pecuária e de cultura da mandioca, passará a ser efetivamente a Capital Estadual da Laranja, como todos queriam.

A citricultura não é importante apenas por proporcionar a diversificação agrícola, trazendo maior tranquilidade aos produtores e fortalecendo economicamente a região. Esta cultura tem de muito importante o fato de gerar milhares de empregos.

Hoje tão escassos na região. A citricultura não vai permitir que apenas plantadores de laranja lucrem. Ela motivará investimentos em outros setores e promoverá uma distribuição mais justa de renda - caminhando exatamente ao contrário do que aconteceu com a pecuária, que promove uma exagerada concentração de rendas.

É de se destacar neste processo a conscientização dos pecuaristas para este fato. Muitos deles enriqueceram na região, graças a pecuária, e hoje abrem espaços em suas propriedades para a citricultura, como forma de retribuir à região, aquilo tudo que ela lhes deu. É bem verdade que foram necessárias muitas reuniões, muitas conversas.

Mas, isso agora é insignificante, pois objetivos estão sendo alcançados.

E tudo vem sendo feito de forma segura. Esta semana um técnico do Ministério da Agricultura esteve na região e não só gostou do trabalho que aqui está sendo realizado, como comparou com o que é desenvolvido no vizinho Estado de São Paulo. E a sua conclusão não poderia ser mais animadora: tecnicamente estamos em vantagem sobre os pomares paulistas.

Todos estes fatos devem servir de estímulo àqueles que ainda estão reticentes

em aderir ao programa. Também deve ser levado em consideração por aqueles que já assinaram contratos de plantio, mas que ainda podem aumentar a área dos pomares.

Com relação as lideranças que trabalham pelo sucesso do programa de citricultura, só resta manifestar a esperança que eles continuem assim, pois, desta forma, a tão desejada transformação econômica da Região Noroeste acontecerá mais rapidamente.

Para o bem de todos."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO EM SESSÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 1991.

## "CARTA DO OESTE

O PDT do Oeste do Paraná, no encontro realizado em Toledo dia 25 de maio de 1991, com presença de 296 Líderes do Partido, representantes de 32 Municípios da Região Oeste do Paraná e dos Municípios de Guarapuava, Curitiba e Nioaque (MS), além da presença dos Deputados Estaduais Albino Corazza Neto, Geraldo Cartário Ribeiro e Cezar Augusto Silvestri, o Deputado Federal Edi Siliprandi, o Secretário de Estado do Meio Ambiente Tadeu França, o primeiro Suplente de Deputado Federal e Presidente Nacional do Instituto Alberto Pasqualini, Nilton Miguel Friedrich, o Prefeito de Guarapuava Fernando Ribas Carli, os membros do Diretório Nacional João Bosco Vidal e José Carlos Mendes, o Presidente da Juventude Socialista do Paraná Roland Rutyna, Vereadores e demais lideranças, firmam o presente documento nos seguintes termos:

1. Apelo ao Diretório Nacional e à Direção Regional, bem como a todos os companheiros, que considerem, partidariamente o episódio da eleição de 1990 superado, e que a busca pela unidade partidária seja um objetivo comum pondo fim a qualquer tipo de retaliação;

1. Apoio à política de relacionamento administrativo e institucional comandada pelo companheiro Governador Leonel Brizola, com repúdio às políticas recessivas e anti-nacionais;

3. Solicitar à Direção Nacional a inclusão dos companheiros Deputados Federais e todos os Deputados Estaduais na Comissão Provisória Regional do Paraná;

4. Definição pelo Diretório Nacional e Comissão Provisória Regional do Paraná de um calendário para realização das convenções



municipais e regional no prazo máximo de 90 dias a contar do dia 25 de maio do presente ano, data deste encontro e aprovação do documento;

5. Definir como meta para o ano de 1991, a organização do PDT, em todos os municípios do Paraná e realização de encontros regionais mensais ou bimensais, bem como eleger o presente ano para atingir o patamar de 300.000 filiados;

6. Indicação de candidaturas próprias para Prefeitos e Vereadores recomendando ainda um ano de filiação partidária para o lançamento de candidaturas nas eleições de 1992, para Governador, Senador e Deputados em 1994, ressaltando-se casos especiais e indicar desde já, o Governador Leonel Brizola à Presidência da República;

7. Solicitar um encontro das bancadas Federal e Estadual, prefeitos e lideranças com o Governador Leonel Brizola e a Executiva Nacional, se possível, no dia 03 de junho próximo, por ocasião da reunião do Diretório Nacional;

8. Declarar o PDT como um partido que se firmou definitivamente no Paraná, devendo assumir assim um papel próprio neste Estado.

Toledo, 25 de maio de 1991.

#### I ENCONTRO DO PDT DO OESTE

##### Municípios

Toledo	Boa Vista da Aparecida
Cascavel	Capitão Leônidas Marques
M. Cândido Rondon	Vera Cruz do Oeste
Assis Chateaubriand	- Matelândia
Palotina	S. Miguel do Iguçu
Céu Azul	Diamante do Oeste
Jesuítas	Sta Terezinha de Itaipu
Tupãssi	Santa Helena
Formosa do Oeste	S. José das Palmeiras
Cafelândia	Ouro Verde do Oeste
Corbélia	Nova Santa Rosa
Ibema	Planalto
Catanduvas	Guarapuava
Sta Tereza Oeste	Curitiba
	Nioaque (MS)

Novos Municípios (em instalação):  
 São Pedro do Iguçu- Quatro Pontes  
 Novo Sarandi Vila Nova  
 Jotaesse Bragantina

##### Deputado Federal

Edi Siliprandi

##### Deputados Estaduais

Curitiba, terça, em 28.05.91

Albino Corazza Neto  
 Cezar Augusto Silvestri  
 Geraldo Cartário Ribeiro

##### Presidente do Instituto Pasqualini

Nelton Miguel Friedrich

##### Secretário de Est. do Meio Ambiente

Tadeu França

##### Prefeito de Guarapuava

Fernando Ribas Carli

##### Membros do Diretório Nacional

José Carlos Mendes  
 João Bosco Vidal

##### Presidente da Juventude Socialista

Roland Rutyna

##### Presidente 1<sup>a</sup> Zonal PDT-Curitiba

Santo Rodrigues de Almeida

##### Presidente 4<sup>a</sup> Zonal PDT-Curitiba

Laurentino Borsa

##### Presidente Núcleo Prof. PDT - Curitiba

Sirineu Zanchi

##### Presidente Brizoboca - Curitiba César Augusto Barreto."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO EM SESSÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 1991

"POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
 Comando do Policiamento do Interior  
 Batalhão de Polícia Rodoviária

##### Índice de Acidentes nas Rodovias do Paraná é menor em 1991

Levantamento estatístico realizado pelo Batalhão de Polícia Rodoviária, revela que o índice de acidentes em 17.000 quilômetros de rodovias paranaenses sobre os quais executa policiamento, é 5,7% menor, comparado a idêntico período de 1990.

Considerando o natural aumento da frota circulante e da malha viária, este resultado é bastante alentador, principalmente pela consideração de que no mesmo período (1º trimestre de 1990), também

houve uma redução acentuada em relação a 1989.

Assim comparando o primeiro trimestre de 1989 quando foram registrados 1920 acidentes, resultando em 1652 feridos e 196 mortos, e o mesmo período em 1990 e 1991, temos o seguinte quadro:

COMPARATIVO - 1º TRIMESTRE

ANOS	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
1989	1920	1652	196
1990	1884	1573	159
1991	1776	1501	150

ANOS	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
1989	1920	1652	196
1990	1884	1573	159
1991	1776	1501	150

REDUÇÃO ACIDENTES FERIDOS MORTOS

	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
89/90	-36 -1.9%	-79 -4.7%	-37 -18.87%
90/91	-108 -5.7%	-72 -4.8%	-9 -5.7%
89/91	-144 -7.5%	-151 -9.3%	-23 -23.4%

Como se verifica, entre o 1º trimestre de 1989 e o 1º trimestre de 1991 houve uma redução de 144 acidentes (7.5%), 151 feridos (9.3%) e 23 mortos (23.4%).

Este resultado satisfatório, como informa o Comando da Polícia Rodoviária Estadual, é consequência da intensificação das ações educativas preventivas e repressivas, desenvolvidas nos Postos PRV e ao longo da malha viária.

Embora esteja ocorrendo um decréscimo no número de acidentes, feridos e mortos, o que é bastante significativo, o índice de ocorrências ainda está em patamares muito elevados. O Brasil continua sendo o campeão mundial de acidentes de trânsito, e o Paraná, ainda é o sexto Estado da Federação em número de acidentes de trânsito o que não deixa de ser preocupante.

Grande parte de nossos motoristas possuem vícios e defeitos de difícil correção, pois estão diretamente ligados a falhas de aprendizagem e a falta de conhecimentos básicos para uma condução mais consciente e segura.

As próprias condições climáticas nos dão mostras claras da falta de conhecimento de técnicas elementares na condução de veículos automotores, eis que, nos meses mais chuvosos o índice de acidentes aumenta, como ocorreu no mês de março deste ano.

Ora, não é a pista molhada ou a redução de visibilidade que provoca o acidente, estes fatores apenas tornam a dirigi-

bilidade mais difícil, exigindo mais atenção e prudência dos condutores o que nem sempre ocorre, tendo como resultante inevitável aumento do número de acidentes, mortos e feridos como é demonstrado nos quadros estatísticos que seguem:

1991	JAN	FEV	MAR	ACUMULADO
Acidentes	573	538	665	1.776
Feridos	485	460	556	1.501

	JAN	FEV	MAR	ACUMULADO
Mortos	49	48	53	150

COMPARATIVO DE MARÇO EM RELAÇÃO A JANEIRO E FEVEREIRO

Índice de acréscimo março em relação a janeiro	Índice de acréscimo março em relação a fevereiro
Acidentes - 92 ou 13.8%	Acidentes - 127 ou 19.1%
Feridos - 71 ou 12.7%	Feridos - 96 ou 17.2%
Mortos - 4 ou 7.5%	Mortos - 5 ou 9.4%

Índice de acréscimo março em relação a janeiro	Índice de acréscimo março em relação a fevereiro
Acidentes - 92 ou 13.8%	Acidentes - 127 ou 19.1%
Feridos - 71 ou 12.7%	Feridos - 96 ou 17.2%
Mortos - 4 ou 7.5%	Mortos - 5 ou 9.4%

Índice de acréscimo março em relação a janeiro	Índice de acréscimo março em relação a fevereiro
Acidentes - 92 ou 13.8%	Acidentes - 127 ou 19.1%
Feridos - 71 ou 12.7%	Feridos - 96 ou 17.2%
Mortos - 4 ou 7.5%	Mortos - 5 ou 9.4%

Como se verifica, nos períodos de chuva, como ocorreu no mês de março/91, o índice de acidentes tende a se elevar, motivado pela má formação de nossos motoristas, pois as principais causas de acidentes detectados resultantes de falhas humanas dentre os quais destacam-se:

**AQUAPLANAGEM** - Pneus do veículo perdem aderência ao solo, formando entre estes uma película de água, que inevitavelmente torna o veículo incontrolável.

Causa - velocidade excessiva em pista molhada.

**COLISÃO TRASEIRA** - Maior incidência nos dias chuvosos, quando a pista está escorregadia, a distância de frenagem é maior.

Causa - não manter distância regulamentar de segurança e menor visibilidade.

**TOMBAMENTO /CAPOTAMENTO EM CURVAS** - Também com maior incidência em dias chuvosos.

Causa - velocidade excessiva nas curvas, onde a pista, face estar corrigida reduz a aderência do pneu no solo.

Assim, inúmeros outros tipos de acidentes nos quais existe condições desfavoráveis para a dirigibilidade, mas que tem como causa principal a "falha humana", ca-

racterizada quer pela imprudência, quer pela imperícia, quer pela negligência.

Outro fator importante ressaltado pelo Comando do BP Rv, é a redução de vítimas fatais nos acidentes de trânsito rodoviário, o que deve ser creditado a difusão e uso do cinto de segurança pelos nossos motoristas, dos quais mais de 80% utilizam, face conscientização efetuada por campanhas educativas.

Isto pode ser demonstrado através dos dados estatísticos que apontam:

.....  
 PERÍODO ACIDENTES VÍT.FATAIS RESULTANTE  
 .....

1º trim.			1 morte p/
1990	1920	159	cada 12.07
			acidentes

1º trim.			1 morte p/
1991	1776	150	cada 11.84
			acidentes

.....

O número de mortos por acidentes pode ser reduzido ainda mais, a partir do momento em que todos os condutores se conscientizarem da importância do cinto de segurança como equipamento destinado a proteger a vida.

Complementando a importância sobre o uso do cinto de segurança, eis alguns pontos de esclarecimentos básicos, para aqueles que baseados em mitos, apresentam desculpas para não usá-lo.

MITO - Os cintos prendem o ocupante ao veículo, especialmente em casos de incêndio e submersão.

FATO - Mortes por incineração ou afogamento colaboram com menos de 1% dos traumas automobilísticos registrados. Mais do que isto, um ocupante que permanece consciente em contato com o interior do veículo tem mais chances de sair destas situações raras.

MITO - Os cintos causam traumas.

FATO - Têm sido descritos traumas devido ao cinto de segurança, nestas raras situações, contudo, o cinto estava sendo usado inadequadamente ou o choque foi tão vio-

lento que o ocupante seria fatalmente lesado se estivesse sem o cinto.

MITO - Os cintos são necessários apenas para altas velocidades ou quando se dirige em vias rápidas.

FATO - Muitas batidas ocorrem a poucos quilômetros de casa em velocidades menores que a 50 a 60 km/h. Ocupantes, sem cintos foram mortos em velocidades menores que 20 km/h.

MITO - Eu estaria em melhor situação se estivesse lançado para fora do carro.

FATO - A maioria dos passageiros ejetados morre, pois é ejetado através do pára-brisa.

Outros dados importantes fornecidos pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

Morrem mais brasileiros entre e 5 e 39 anos, vítimas de acidentes automobilísticos, do que devido a outros casos.

63.4% dos leitos hospitalares reservados a traumas, nos grandes hospitais de nosso país estão sendo ocupados por acidentes de trânsito.

70% das mortes e lesões ocorrem em velocidades de 60 km/h ou menos e as distâncias de casa, menores de 8 quilômetros.

Como se observa, apesar da redução do número de acidentes e vítimas, o quadro existente ainda é preocupante, e somente através de muito trabalho, de integração da sociedade, da perfeita harmonização entre Engenharia de Tráfego - Polícia - Motorista, operados incondicionalmente pela mídia nos assuntos de segurança e educação de trânsito, cuja base deve iniciar-se nos bancos escolares.

Finalmente, ressaltamos o Comando do BP Rv, enquanto se procura materializar esta consciência responsável aos nossos motoristas, a Polícia Militar, como um todo homegêneo, trabalha incansavelmente, com os recursos de que dispõe visando proporcionar à comunidade o máximo de segurança possível em nossas rodovias, realizando operações, fiscalizações, COR e desenvolvendo outras missões de segurança pública, protegendo não só a vida mas também o patrimônio de cada cidadão, nos muitos quilômetros das rodovias do Paraná, como pode-se verificar no demonstrativo a seguir:

1990	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL
Veículos abordados	54.461	66.661	245.699	70.174	436.995
Veículos advertidos	4.111	4.754	4.603	5.262	18.730
Veículos autuados	3.496	4.821	4.556	4.774	17.647
Apreensão tóxicos	1	-	1	-	2
Apreensão contrabando	2	1	7	1	11
Apreensão armas	3	13	7	8	31
Retenção veículos	110	181	190	215	690
Retenção CNH	9	9	14	17	49
Acidentes	698	645	541	691	2.575
Feridos	560	543	470	543	2.116
Mortos	52	56	51	63	225

1991

Veículos abordados	65.808	82.404	83.970	-	232.272
Veículos advertidos	13.812	4.754	4.377		22.943
Veículos autuados	7.499	9.691	8.444		25.634
Apreensão tóxicos	2	1	-		3
Apreensão contrabando	1	2	2		5
Apreensão armas	9	13	20		42
Retenção veículos	185	233	195		613
Retenção CNH	64	19	14		97
Acidentes	573	538	665		1.776
Feridos	485	460	556		1.501
Mortos	49	48	53		150